

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
NÚCLEO DE ENSINO SUPERIOR DE MANACAPURU
CURSO DE BACHARELADO EM ARQUEOLOGIA

NEM TU, NEM EU: EM FAVOR DE UMA POSTURA
INCLUSIVISTA EM TEORIA ARQUEOLÓGICA

Manacapuru

2017

IVON PINHEIRO FEITOZA

**NEM TU, NEM EU: EM FAVOR DE UMA POSTURA INCLUSIVISTA
EM TEORIA ARQUEOLÓGICA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade do Estado do Amazonas para a obtenção do título de Bacharelado em Arqueologia.

Orientador (a): Dra. Tatiana de Lima Pedrosa Santos

Manacapuru

2017

IVON PINHEIRO FEITOZA

**NEM TU, NEM EU: EM FAVOR DE UMA POSTURA INCLUSIVISTA EM TEORIA
ARQUEOLÓGICA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade do Estado do Amazonas para a
obtenção do título de Bacharelado em Arqueologia

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Dra. Tatiana de Lima Pedrosa Santos (UEA)

1º Avaliador: Dr. Rhuan Carlos dos Santos Lopes (UEA)

2º Avaliador: MsC. Milke Cabral Alho (UEA)

Manacapuru

2017

Ao meu pai, Luiz Fernandes Feitoza, à minha mãe, Raimunda Pinheiro Feitoza...

Tendes sido minha procura engajada de cumprir o quinto mandamento: “Honra teu pai e tua mãe”...

Você pai, com teus oitenta e oito anos, tenho tido o privilégio de retribuir todo o esforço pela criação recebida, você mãe, com seus oitenta e três anos, a melhor de todas, companheira de todas as horas, educação judaico – cristã!

Soli Deo Gloriam!

AGRADECIMENTOS

Ao Deus trino criador dos céus e da terra que tendo no Conselho eterno decretado todas as coisas decretou este momento, a Ele seja à glória pelos séculos dos séculos.

À minha família, em especial minha linda esposa Altamira Batista Feitoza, pelo teu carinho e grande afeto demonstrado mesmo nos momentos de grande sofrimento, a minha primogênita Loren Sabrine Batista Feitoza, meu vigor, expressão da minha juventude, ao Petrus Batista Feitoza, meu consolo quando imaginei que tudo tinha chegado ao fim... “Feliz o homem que enche deles a sua aljava não será envergonhado quando pleitear com os inimigos à porta”.

Aos meus ilustres professores sem os quais não teria como produzir este trabalho, aqui consta o resultado e grande paciência que tiveram para comigo durante estes quatro anos, em especial gostaria de destacar o professor Dr. Carlossandro Albuquerque, Carlos Augusto Silva, Rhuan Lopes, Francisco Evandro Aguiar, o Msc. Milke Cabral Alho e o especialista João Queiroz Rebolças. As professoras Mônica Nogueira, Ivone Bezerra, Gemima Silva, dentre outras.

À minha querida orientadora professora Dra. Tatiana Pedrosa, a quem sou deveras devedor, obrigado pelas boas conversas e orientações as quais me guiaram na confecção e escrituração deste. Que Deus abençoe grandemente você e sua linda e preciosa família.

A todos os meus colegas que nestes anos aprendi a amar e nutrir profundo respeito e que nos momentos mais difíceis tiveram paciência comigo e me apoiaram quando adoeci, em especial Reinaldo Damasceno, Washington Botelho, Clarindo Moreira, Hermes Souza, Mailson, Francisca Bentes, Karina Oliveira, Leide Mariane e Elissandra.

Finalmente a Igreja Presbiteriana de Manacapuru a quem sou muito devedor, ao Conselho da Igreja que nunca me impossibilitou de estudar, pelo contrário, se mostraram sempre solícitos aos meus pedidos.

Ao Pset - Presbitério Setentrional - a quem tenho tido à honra de servir como ministro do evangelho, compondo o seu quadro de reverendos.

Ó profundidade da riqueza, tanto da sabedoria como do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos, e quão inescrutáveis, os seus caminhos! Quem, pois, conheceu a mente do Senhor? Ou quem foi o seu conselheiro? Ou quem primeiro deu a ele para que lhe venha a ser restituído? Porque dele, e por meio dele, e para ele são todas as coisas. A ele, pois, a glória eternamente. Amém!

Romanos 11.33 – 36

Resumo

A Monografia trata de um problema teórico em torno do tipo de postura que o pesquisador deve assumir ao se debruçar sobre o seu objeto de pesquisa tendo na teoria da complexidade como exposta por Morin nosso principal suporte. Para tanto, apresentou-se uma visão diacrônica do que seja teoria, seu significado e as maneiras que ela foi apreendida no decorrer da sua história. Fez-se uma apresentação das principais correntes teóricas em arqueologia procurando mostrar em que aspectos elas se complementam, como, também, um estudo de caso baseado na obra de Neves “Sob os tempos do Equinócio” com a finalidade de detectarmos o tipo de abordagem teórica impressa na pesquisa.

Palavras-Chave : teoria, arqueologias, inclusivismo, abordagem, complementariedade

ABSTRACT

The Monograph deals with a theoretical problem around the type of posture that the researcher must assume when considering his object of research having in the theory of complexity as exposed by Morin our main support. For that, a diachronic vision of what is theory, its meaning and the ways it was apprehended in the course of its history was presented. The main theoretical currents in archeology were presented, trying to show in which aspects they complement each other, as well as a case study based on the work of Neves "Under the times of the Equinox" in order to detect the type of theoretical approach printed in the survey.

Keywords: theory, archeology, inclusivism, approach, complementarity

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 PROBLEMA DA PESQUISA	11
1.2 OBJETIVO GERAL	12
1.2.1 Objetivos Específicos	12
1.3 METODOLOGIA.....	12
1.4 ESTUDOS ANTERIORES	13
1.5 MARCO TEÓRICO	15
1.6 BREVE RESUMO	17
2 HISTÓRIA DA TEORIA E SUAS ESPECIFICIDADES	18
2.1 ETIMOLOGIA; HISTÓRIA DO TERMO E CONCEITUAÇÃO	18
2.2 SUAS ESPECIFICIDADES	22
3 PRINCIPAIS CORRENTES TEÓRICAS EM ARQUEOLOGIA	32
3.1 HISTÓRICO – CULTURALISMO	32
3.2 PROCESSUALISMO	40
3.3 PÓS – PROCESSUALISMO	46
3.4 E DAÍ? COMO VÃO AS PESQUISAS? A COMPLEMENTARIEDADE TEÓRICA ..	53
4 SOB OS TEMPOS DO EQUINÓCIO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O TIPO DE POSTURA TEÓRICA ADOTADA	59
4.1 SOBRE O AUTOR	59
4.2 SOBRE A OBRA	59
4.3 SOBRE O CONTEÚDO	61
4.4 SOBRE O APORTE TEÓRICO	65
CONSIDERAÇÕES	70

REFERÊNCIAS	75
APÊNDICE A -	78
APÊNDICE B -	80
APÊNDICE C -	82
APÊNDICE D -	84
APÊNDICE E -	85
APÊNDICE F -	86
APÊNDICE G -	87
ANEXO 1 -	88

1 INTRODUÇÃO

1.1 PROBLEMA DA PESQUISA

A disputa teórica é pauta em toda área do conhecimento científico em virtude de a teoria adotada servir de pressuposição para o alcance dos resultados. Morin (2005:20) diz que a “ciência é um campo sempre aberto onde se combatem não só as teorias, mas também os princípios da explicação, as visões de mundo e os postulados metafísicos”. Dentre as crenças a que mais permeia o inquiridor pós-moderno é a do “relativismo epistemológico” (NASH, 2008:250). Há teorias as mais diversas, todas querendo “ganhar o mercado”. Já em seus dias Platão se opôs a sete crenças predominantes¹ (NASH, 2008:65). Ele e Aristóteles tinham ideias teóricas antagônicas, o último entendia que a “razão descobre a verdade mediante a observação de ideias imutáveis”, o primeiro cria que “tanto o mundo material quanto o corpo eram obstáculos prejudiciais à verdade” (GOHEEN, BARTHOLOMEW; 2016:120). Têm ocorrido embates sobre qual viés teórico seja o mais adequado, não sendo a ciência arqueológica exceção à regra, tais oposições remontam quase que ao período de sua fundação (TRIGGER; 2004).

Nos dias contemporâneos muitos filósofos da ciência têm escrito sobre a problemática em questão, dentre eles quero destacar Morin (2005). Em seu livro ele propõe o “*Método da Complexidade*”, que consiste em que o cientista encontre o caminho de um pensamento multidimensional que integre e desenvolva formalização e quantificação, mas não se restrinja a isso. Comprometidos com tal conceituação arqueólogos têm proposto na atualidade este caminho multidimensional. Lima (2002:18) diz que “mais do que estimular o antagonismo entre as três principais correntes arqueológicas defendemos há muito sua integração. Nada impede que perspectivas integradoras possam contemplar particularismos em abordagens as mais amplas [...]”. Rezende (2012) é outro que endossa esta empreitada ao pontua que é de suma importância mostrar alguns exemplos sobre como o processo de continuidade e mudança foi abordado no passado, o modo como veio se transformando e que contribuições podem ser retiradas de cada um.

Vê-se que já há uma tendência entre os cientistas na atualidade para abordagens que integre vieses diversos em que um diálogo interdisciplinar se estabeleça em benefício da ciência como um todo.

¹ Hedonismo, empirismo, relativismo, materialismo, mecanicismo, ateísmo e naturalismo.

A problemática ora em consideração tem permeado a ciência arqueológica não devendo ser vista negativamente, mas, como um construto para o seu amadurecimento como ciência propriamente dita e, quem sabe, como um elemento indispensável de caráter mental que a partir de vários vieses juntem-se para ser parte de uma teoria mais complexa como proposto por Morin (2005). Sendo assim, e em razão do conflito exposto seria possível engajar-se com um tipo de postura que permita ao arqueólogo dialogar com as perspectivas teóricas disponíveis ao seu objeto de pesquisa?

1.2 OBJETIVO GERAL

Apontar à comunidade científica em Arqueologia um tipo de postura que permita ao arqueólogo dialogar com as perspectivas teóricas disponíveis ao seu objeto de pesquisa.

1.2.1 Objetivos Específicos ou Metas

- a. Expor as principais especificidades do que seja uma teoria.
- b. Descrever as principais correntes teóricas em arqueologia dando atenção as suas peculiaridades.
- c. Apontar como estão sendo realizadas as pesquisas em arqueologia dando destaque a complementariedade teórica presente m tais abordagens.
- d. Realizar um estudo de caso sobre o trabalho de Eduardo Góes Neves - “Sob os tempos do Equinócio [...]” - assinalando o modelo teórico reproduzido em sua pesquisa.
- e. Apontar ao arqueólogo um tipo de abordagem epistemológica que lhe possibilite um diálogo com as mais importantes teorias em arqueologia.

1.3 METODOLOGIA

Desenvolvemos procedimentos metodológicos através de uma combinação de pesquisa bibliográfica e estudo comparativo. O método privilegiado é o indutivo visto que partimos de princípios particulares para os gerais. A pesquisa é de caráter qualitativo, em nosso caso estudamos as discussões em torno das teorias arqueológicas mais importantes e, depois, a partir da análise dos dados catalogados tentamos oferecer ao arqueólogo um tipo de postura que lhe possibilite uma interação com as perspectivas teóricas disponíveis em arqueologia.

Seguimos a seguinte sequência metodológica com vistas à execução da pesquisa.

- a. Reuni todo o referencial teórico que me foi possível em torno da proposta ora apresentada;
- b. Fiz uma descrição do que seja teoria pontuando suas principais particularidades;
- c. Procedi com uma análise comparativa entre as principais teorias arqueológicas com a finalidade de compreender a história de cada uma bem como os aspectos complementares entre supracitados vieses;
- d. Realizei um estudo de caso baseado no trabalho de Eduardo Góes Neves – “Sob os tempos do Equinócio” – ensejando o tipo de abordagem teórica que ele imprimiu em sua pesquisa;
- e. Apontei uma postura ao arqueólogo que lhe proporcione um tipo de abordagem teórica inclusivista e interdisciplinar.

1.4 ESTUDOS ANTERIORES E JUSTIFICATIVA

A tarefa à qual me engajo não surgiu num vácuo, ela é fruto de leituras e reflexões anteriores em epistemologia filosófica as quais me estimularam em direção à teoria arqueológica. Parto do entendimento de que a teoria adotada, por melhor que seja não fornece todas as respostas ao inquiridor. Habermas foi um conceituado cientista social do século passado, Pascoal (2010:1) diz que ele se coloca como uma “referência obrigatória a todos os que trabalham com teoria social” visto que figura como “o autor da maior síntese teórica do século XX”. Diz que Habermas ao julgar as várias teorias à sua disposição as analisava com a finalidade de mostrar suas deficiências e, posteriormente, apreender “pontos que pudessem servir para a criação de uma visão própria da sociedade moderna”. Suas ideias teóricas dialogavam com autores os mais diversos sem Habermas se alinhar dogmaticamente a nenhuma das teorias propostas.

Outro autor que se destaca à luz da supracitada proposta é Edgar Morin (2005:21), ele propõe o método da complexidade que consiste, basilarmente, na proposta da transdisciplinaridade e do inclusivismo teórico na abordagem do recorte, para Morin “o conhecimento científico não é o reflexo das leis da natureza. Traz com ele um universo de teorias, de ideias, de paradigmas [...]” Portanto, sua proposta pode ser resumida na necessidade de se encontrar o caminho de um pensamento dialógico.

Na atualidade são inúmeros os estudos que têm surgido vinculados à proposta acima enumerada, um claro exemplo vem da ciência da saúde. Chaves (1998:3) professor associado da UFRJ propõe a partir da adesão do princípio exposto o seguinte *modus operandi* na prática médica: “a construção coletiva de estruturas matriciais que facilitem a criação de parcerias entre múltiplos atores e sistemas sociais na abordagem de problemas do setor saúde”. Em outro lugar ele sintetiza dizendo que seu anseio é a “busca do conhecimento relevante que possa gerar ações que redundem em benefício do ser humano”. Outro exemplo vem da pedagogia, Torres e Behrens (2010:15,18) em um breve artigo incidem sobre a necessidade de rompimento com o tipo de “paradigma newtoniano-cartesiano” e a adesão de um tipo de pedagogia que se assente numa abordagem pedagógica complexa que inove, alterne, mediatize, seja flexível e atenda as múltiplas visões.

Várias áreas do conhecimento foram contagiadas com tal anelo inclusivista, entretanto, se faz premente falar do impacto que ela causou à arqueologia.

Alarcão (1996:6) está entre os pioneiros que buscam uma visão mais holística da pesquisa arqueológica defendendo uma “paz” entre os vários tipos de abordagem teórica. Gheno e Machado (2013:172) entendem que “as três principais linhas de pensamento arqueológico, [...] devem ser reconhecidas como etapas de um processo dialético de construção dos referenciais teóricos na Arqueologia”. Lima (2002) fala sobre a necessidade desta conciliação, para ela não devemos estimular o antagonismo teórico, mas defender a integração das correntes arqueológicas. Diz que “essas diferentes perspectivas podem ser consideradas complementares [...]” (LIMA, 2011:21). Rezende (2012), Oliveira, Klokler e Bianchine (2013:2) têm defendido a mesma postura. Os três últimos propuseram o que denominaram de “Arqueologia Estratégica”. Ela traduz-se numa “série de abordagens complementares visando o estudo da totalidade”. Dizem que “..., consiste na articulação de diferentes abordagens com o objetivo de produzir conhecimento”.

O Museu Emílio Goeld lançou uma edição de sua revista com dez artigos onde apresenta um dossiê metodológico em pesquisa arqueológica que sustenta uma forma de pluralismo teórico que dentro de temas diversificados ofereçam “elementos possíveis de ser aplicados em outros contextos” (Gomes; 2013:513).

O benefício que este tipo de postura geraria para o avanço da ciência é imensurável, “vacinar” os teóricos para que não fossem “contaminados” com um tipo de postura dogmática que os impedisse de estudar as partes à luz das múltiplas possibilidades, à luz do

complexo como defendido por Morin (2005). O progresso científico pode também ser deslumbrado no que gira em torno dos benefícios que podem ser colhidos nos estudos arqueológicos, imagine-se um tipo de abordagem teórica que dialogasse com as conceituações vindas do histórico - culturalismo, com a metodologia do processualismo, e o tipo de abordagem múltipla do pós – processualismo. Tal empenho geraria muitas vantagens, além de um acesso a informações muito mais consistentes da análise dos sítios.

Visualize você como arqueólogo dialogando com o seu objeto de pesquisa e inquirindo-o sobre as possíveis mudanças ou descompassos diagnosticados no “seu sítio,” imagine-se questionando se tais desacordos não teriam sido fruto de migrações ou difusões, ou de que o próprio ambiente tenha imposto ao povo em questão as mudanças descobertas em suas investigações, ou, mesmo, de que as ideologias dos grupos fazedores da cultura material foram o fator fomentador que levaram as irregularidades por você detectadas. Pense-se que o *homo sapiens* como ser inteligente que é pode ter realizado uma série de mudanças única e especificamente por desejar ser criativo, aumentar a produção de seus alimentos diminuindo o esforço e etc. Nota-se que um tipo de abordagem como esta propicia tanto ao investigador quanto ao objeto investigado uma gama de possibilidades que visam dirimir suas dúvidas.

Tais vantagens elencadas se fariam sentir não somente na comunidade científica, mas, também, na sociedade. Faria com que a sociedade apreendesse mais detalhes sobre os povos pretéritos que os antecederam, lhes forneceria uma linha histórica para o seu modo de ver, fazer e interpretar o mundo que os cerca. Permitiria que a sociedade entendesse que ela não surgiu de um vazio, pelo contrário, os conscientizariam que eles estão entrelaçados com um passado que não lhes deve envergonhar, muito pelo contrário, que lhes deve orgulhar por fazerem parte de um dado povo que tendo ou não “acertado” no passado lhes propicia com a sua história a oportunidade de corrigir os erros e massificar os acertos.

1.5 MARCO TEÓRICO

O tema proposto é de certo modo ousado, entretanto, não significa inédito. Existe pesquisadores salientando a necessidade de vieses integradores que estejam abertos a visões múltiplas.

Minha pesquisa parte da premissa teórica como exposta por Morin (2005) em seu livro “Ciência com Consciência”. Mesmo sendo ele um filósofo da ciência isto não significa que sua contribuição esteja circunscrita à sua área de estudo, pelo que já foi dito está

comprovado que muitas outras áreas do conhecimento foram felizmente “contaminadas” com suas ideias.

“É preciso encontrar o caminho de um pensamento multidimensional que, é lógico, íntegro e desenvolva formalização e quantificação, mas não se restrinja a isso. A realidade é multidimensional; ela contém, sempre, uma dimensão individual, uma dimensão social e uma dimensão biológica” (Morin, 2005:189)

Em outra parte diz:

“Acreditamos que a razão deveria eliminar tudo o que é irracionalizável, ou seja, a eventualidade, a desordem, a contradição, a fim de encerrar o real dentro de uma estrutura de ideias coerentes, teoria ou ideologia. [...] O método da complexidade pede para pensarmos nos conceitos, sem nunca dá-los por concluídos, para quebrarmos as esferas fechadas, para restabelecermos as articulações entre o que foi separado, para tentarmos compreender a multidimensionalidade, para pensarmos na singularidade com a localidade, com a temporalidade, para nunca esquecermos as totalidades integradoras” (Morin, 2005:192)

Após uma excelente discussão sobre os marcos teóricos em torno da Arqueologia Histórica Lima conclui.

“Mais do que estimular o antagonismo entre as três principais correntes do pensamento arqueológico [...] defendemos há muito há sua integração[...]. Nada impede que perspectivas integradoras possam contemplar particularismos em abordagens mais amplas, tanto de natureza antropológica quanto histórica, atendendo ao caráter transdisciplinar da arqueologia” (LIMA, 2002:18)

Rezende (2012) mostra que a teoria interfere diretamente no exame que se vai fazer sobre o objeto de pesquisa arqueológico, ressalta que dentre os vieses existentes destacam-se dois, os de caráter mais sincrônico e os que são mais de caráter diacrônico. Salienta que nenhuma das visões possui uma óptica voltada para a explicação da sequência estratigráfica de materiais encontrados nas escavações. Aponta limitações nos dois vieses com vistas a uma visão mais inclusivista do ponto de vista teórico, sublinhando que a orientação teórica direcione o arqueólogo na coleta dos vestígios e nas observações feitas na escavação.

“[...] é de suma importância mostrar alguns exemplos sobre como o processo de continuidade e mudança foi abordado no passado, o modo como veio se transformando e que *contribuições podem ser retiradas de cada um*”. (REZENDE, 2012:6)

“[...] o processo seria observado tendo em vista o maior número de variáveis possível e talvez até mesmo de todas as conhecidas, como se fossem lentes. As lentes mais apropriadas podem oferecer o melhor foco, e o processo terá uma imagem mais lúcida. Uma vez que a arqueologia demanda uma boa observação do seu objeto, nada melhor do que lentes multivariadas que possam ser utilizadas na tentativa de melhorar um pouco as imagens tão distorcidas que nos são apresentadas” (REZENDE, 2012:18)

Outros que alçam a voz em parceria teórica são Sene e Seda.

“O homem interage com seu tempo e conseqüentemente coteja todas as formas de conhecimento veiculadas; no entanto, a escolha de uma ou mesmo algumas teorias, quando complementares, implica uma consciência científica. Tal escolha é fundamental, pois será a teoria que direcionará, ao nível das ideias, todo o trabalho de pesquisa, análise e interpretação de dados”. (SENE; SEDA, 2017:1)

Hodder (1986) diz existirem muitas maneiras de se interpretar as funções e os significados simbólicos dos artefatos descobertos. Entende que ao lidarmos com objetos do passado sem um meio direto de conectá-los com os seus significados faz com que o arqueólogo infira sobre os objetos e artefatos descobertos, utilizando métodos que permitem gerar hipóteses sobre os seus possíveis significados. Para ele a teoria arqueológica oferece diferentes perspectivas para se pensar sobre os objetos descobertos.

“[...], as três teorias ainda são correntemente utilizadas pelos arqueólogos para responder diferentes questões. As velhas batalhas entre os processualistas e os pós-processualistas foram abandonadas e hoje os arqueólogos utilizam teorias sociais procedentes de diversas disciplinas e teorias (marxismo, psicanálise, feminismo e pós-modernismo) quando úteis para tratar os dados coletados e resolver os problemas enfrentados”. (HODDER, 1986:)

1.6 BREVE RESUMO

A pesquisa segue uma estrutura simples, na primeira parte você vai encontrar um capítulo que trabalhará os aspectos em derredor do que seja uma teoria e como ela se desenvolveu no decorrer da história, remonta-se ao período clássico até o período pós-moderno. O propósito consiste em demarcar a diacronia em torno de supracitado termo e seu significado.

Na segunda parte apresentamos as principais escolas interpretativas em arqueologia pontuando seus surgimentos e suas particularidades, ensejando um caráter complementar entre elas.

Você encontrará um estudo de caso em torno da obra de Neves (2012), procura-se, dentre outros aspectos, destacar as especificidades da obra ressaltando o tipo de postura teórica adotada pelo pesquisador.

Por fim apresentamos considerações em torno de toda à discussão realizada no decorrer na pesquisa.

2 A HISTÓRIA DA TEORIA E SUAS ESPECIFICIDADES

2.1 ETIMOLOGIA; HISTÓRIA DO TERMO E CONCEITUAÇÃO

Johnson (2000:16, tradução nossa) diz “teoria é uma palavra difícil de se definir”. Sem dúvida alguma Johnson acerta em cheio visto que conceituar envolve o caráter polissêmico dos termos que de acordo com “suas relações com a estrutura semântica do texto pode assumir inúmeros significados” (KOCH; 2008:6). Deleuze e Guattari dedicam várias páginas de seu livro para tratarem das dificuldades inerentes quando se busca conceituar.

“Todo conceito é ao menos duplo, ou triplo, etc. Também não há conceito que tenha todos os componentes, já que seria um puro e simples caos: mesmo os pretensos universais, como conceitos últimos, devem sair do caos circunscrevendo um universo que os explica.” (DELEUZE; GUATTARI, 2009:27)

Eles ainda pontuam que “todo conceito tem uma história que no mais das vezes contém pedaços ou componentes vindos de outros conceitos” (DELEUZE; GUATTARI, 2009:29). No desenrolar filológico de dada concepção observa-se que novas cores são incorporadas ao termo, cortes semânticos são realizados e, conseqüentemente, os termos são atualizados. Estes aspectos não estão ausentes da conceituação do que seja uma teoria. Puntel (2008 apud REIS, 2014:273) diz que “os significados e as mais diversas utilizações da expressão ‘teoria’, tem uma longa história, uma grande polissemia filosófica e ideológica no pensamento ocidental”.

A palavra teoria, do grego - *teoria* - descreve a ação de observar, examinar, ela era usada para descrever a ida de alguém para ver um espetáculo, não é por acaso que nossa palavra teatro tem seu nascedouro no mesmo termo (HOUAISS, 2001). Horton (2016:88) diz que Aristóteles enfatizou que a mais elevada sabedoria apenas pode ser alcançada por meio de uma constante *teoria*, ou seja, contemplação. O que nos admira neste ponto é que apesar de haver discordância entre Aristóteles e o seu mentor Platão quanto a “como a razão poderia discernir a verdade da ordem racional imutável” (GOHEN; BARTHOLOMEW, 2016:118-119), ambos, têm na *teoria* a deificação da razão. Reis (2014:273) é mais direto quando assevera que o “termo teoria tem sua precedência do grego - *theoreo* – significando olhar,” chamando nossa atenção quando enfatiza que de contrapartida *theoreo* “deriva de - *theoros* – designação grega para a comitiva de embaixadores enviada pelas cidades e festas religiosas, como os famosos jogos, com a única finalidade de observação sem participação”. Jaeger

(1995:1368) diz que os *theoros* juntamente com os mensageiros e embaixadores eram os únicos autorizados às viagens ao estrangeiro.

Nota-se diante do exposto que teoria para os gregos é ir ver, é investigar atentamente através da observação sem participação. Dahn (1989:699, v.IV) ao traçar uma diferença entre a religião judaica e grega diz que na segunda o “papel de escutar é subordinado àquele que ver, [...] os gregos eram um povo do olho, ver era parte integrante da religião deles”. Horton (2016:88) conclui dizendo que “para a filosofia grega em geral, essa contemplação é uma visão das formas eternas, [...] a Visão Beatífica do Bom em sua essência”. Teoria, portanto, como “originalmente” usada pelos gregos, tem um sentido de ideal contemplativo, é uma operação intelectual onde o aprendizado é desassociado das realidades concretas que o cercam, o que condiz com as palavras de Reis (2003:100) quando afirma que para a filosofia clássica teoria é abstração.

Ao considerar o desenvolvimento da palavra teoria nota-se que ela encontra na palavra latina *theoriae* seu correspondente, aqui ela passa a significar “sistema filosófico, especulação filosófica” (DICIONÁRIO LATIM PORTUGUÊS..., 2008). Gadamer (1993 apud REIS, 2014:273) comentando sobre a similitude latina discorre dizendo “... a palavra ‘teoria’ nos ensina algo sobre a coisa, o conceito: a proximidade da teoria como mero exemplo, como me indagar e contemplar assombrado, distanciado de toda a necessidade e utilidade, de todo o negócio sério”. *A posteriori* Reis (2014:273) comenta o entendimento de Gadamer dissertando: “Para o autor, a teoria, desde sua denominação latina, como *contemplatio*, por sua vez, *speculatio*, passará a adquirir o papel de ciência e investigação, a partir do mundo medieval, agora como *curiositas*”. *Curiositas* significa “curiosidade ou investigação cuidadosa” (DICIONÁRIO LATIM PORTUGUÊS..., 2008), o que conota certo rigor acadêmico, sendo, no mínimo estranho, considerando as duras críticas que são dirigidas a este período histórico pela historiografia.

Deve-se considerar a partir deste parágrafo como a teoria é vista e assimilada pelo período histórico que ficou conhecido como “era das luzes, iluminismo, a terceira era” ou, como Tillich (1960 apud HORTON, 216:91) observou ao dizer que “a luz interior dos místicos tornou-se a principal metáfora dessa época,” ou, ainda, quando o próprio Kant (1783) a conceituou como “a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado.”

Até então a velha concepção grega que endeusava a razão como o agir intelectual onde o conhecimento era adquirido desprendido dos fatos reais, da concretude, é rompido na modernidade, o dualismo platônico é posto de lado, a teoria é aperfeiçoada, o método científico é sobreposto, a ciência como a conhecemos hoje é inaugurada e a teoria é vista

como algo onde se apoia uma dada pesquisa, falando-se, consecutivamente em fundamentação teórica². Mcgrath (2005:165) dirige críticas à conceituação deste período como Idade da Razão e Racionalismo, para ele tais termos não condizem realmente com o que significou este tempo em virtude de que houve uma “diferença crucial na maneira como a razão humana iria desvendar os mistérios do mundo”, na verdade ele entende que o sentido apropriado que melhor conceitua este momento histórico seja o “da doutrina segunda a qual o mundo exterior pode ser conhecido exclusivamente por meio da razão,” nesta conceituação há, acredita-se, um enquadramento com aquilo que Reis (2006) pondera em torno do entendimento que se veio ter em torno do termo teoria, ou seja, como o “empirismo racional que se torna o método da ciência moderna” (LOPES, 2004:183). O supracitado autor acredita que o método dedutivo advindo das ciências modernas de investigação afasta a ideia platônica da abstração teórica do mundo das ideias, substituindo-o, no que se percebe pelo cientificismo teórico empiricista³ e material.

Ao chegarmos ao período atual denominado de pós – moderno a palavra teoria assume nuances as mais variadas, em decorrência deste fato torna-se complicado chegar a uma conceituação do que seja teoria. Devido este aspecto exige-se que o pesquisador forneça um pano de fundo geral sobre os marcos teóricos que permeiam a pós – modernidade.

Primeiramente deve-se assinalar que neste período cai por terra o mito moderno da neutralidade epistemológica e as várias teorias assumidas como suporte referencial passam a ser vistas como “pressupostos que formam perspectivas dentro das quais o desenvolvimento gradual do conhecimento se faz possível” (LOPES, 2004:218). Para Gadamer (1960 apud LOPES, 2004:218) “não podemos nos livrar de nossos pressupostos através do uso de métodos, como ingenuamente pensava - se no período moderno”. Ou seja, a partir da “última metade do século 20, [...] as pessoas passam a usar novos paradigmas na tentativa de por um fim no consenso humano sobre a importância, natureza e acessibilidade à verdade” (NASH, 2008:248). Nash mostra o impacto que este entendimento teve nas várias áreas do conhecimento destacando que quando pós-modernistas exageram e negam a razão eles estão errados visto não poderem anular as leis da matemática, as tabuadas de multiplicação e a lógica. O princípio que permanece quanto ao entendimento do valor da teoria no uso das ciências seja da natureza ou humanas é que o pós-modernismo na sua tentativa de combater o

² Significa a explicitação dos principais textos e teorias que contribuíram para a escolha do problema e elaboração das hipóteses, é o quadro de referência teórica no qual a pesquisa encontrará seus fundamentos.

³ De empirismo, doutrina segundo a qual todo conhecimento provém unicamente da experiência, limitando-se ao que pode ser captado do mundo externo, pelos sentidos, ou do mundo subjetivo, pela introspecção, sendo ger. descartadas as verdades reveladas e transcendentais do misticismo, ou apriorísticas e inatas do racionalismo.

racionalismo empiricista do iluminismo cai no irracionalismo teórico (NASH, 2008), isto é, na pressuposição teórica de que todo conhecimento é relativo e condicionalmente determinado pela sua época. O interessante é que este tipo de lente teórica far-se-á presente na pesquisa arqueológica no que foi definido como pós-processualismo.

Diante do enunciado sobre o que seja o pós-modernismo no que tange as bases teóricas que o sustentam, como ele a define ou concebe, compreende-se que o princípio de ir ver permanece no sentido de imprimir uma análise com o propósito de descobrir as ideologias que estão disfarçadas em todos os discursos totalizantes, ora, se todo conhecimento é relativamente condicionado e determinado por sua época à teoria pós-moderna consista em descobrir através da desconstrução literária o que está oculto “das visões de mundo, das tecnologias, das histórias, das teorias científicas, dos costumes sociais e das religiões”, para eles tudo se resume a “constructos linguísticos” (VEITH, 1999:46). Veith (1999:50) salienta que o “desconstrutivismo representa uma nova espécie de relativismo, que é intelectualmente sofisticado, embasado teoricamente e rigoroso em sua metodologia,” assim, independente da área específica a que se refira “as teorias pós-modernistas começam com o pressuposto de que a linguagem é incapaz de apresentar verdades sobre o mundo de maneira objetiva” (VEITH, 1999:45). Dito de outra forma, “o pós-modernismo é uma visão de mundo que nega todas as visões de mundo” (VEITH, 1999:43). A esta altura gostaria de destacar o que Vieira e Caldas dizem sobre o pós-modernismo:

“[...] de forma genérica, pode-se dizer que o pós-modernismo corresponde a um *movimento teórico multidisciplinar* que vai da filosofia à estética, envolvendo as artes, a sociologia chegando ao campo dos estudos organizacionais. *O denominador comum é a resistência à modernidade e, em particular, a crítica à razão iluminista*”. (VIEIRA; CALDAS, 2006:64, grifo nosso).

Diante de toda esta abordagem pergunta-se: “o que é mesmo teoria?” A resposta, pelo que apontamos dependerá do momento histórico e conceitual de que se esteja falando.

“De um lado, como uma herança da tradição positivista, temos a concepção de que a teoria tem o papel de explicar e prever fatos. De outro lado, encontramos a concepção de teorias enquanto constructos intelectuais que estabelecem em termos conceituais relações imaginadas entre eventos/fenômenos. Sendo assim, elas nunca poderiam ser submetidas a testes empíricos decisivos, já que não haveria fatos independentes de teorias, em relação aos quais elas pudessem ser testadas. Aqui é significativa a inspiração nos estudos kuhnianos da história das ciências, segundo os quais sempre entendemos a realidade – e construímos nossos dados – com referência a quadros teóricos que tomamos como dados. Daí, as teorias não devem ser consideradas em suas falsidade ou verdade, mas em sua utilidade”. (GUERRA, 2012:11)

Guerra também fala da posição advinda do realismo crítico que procura está entre os dois polos acima descritos. Tal corrente entende que a teoria deve postular os seguintes aspectos.

“1. Nunca podemos entender, analisar ou categorizar a realidade sem usar uma linguagem teórica conceitual. 2. Essa conceituação teórica não é estática, mas dinâmica. 3. O desenvolvimento dessas linguagens teóricas conceituais pressupõe uma realidade independente dessas; 4 . A relação entre teorias/conceituações teóricas e as propriedades ou objetos aos quais elas se referem não são unívocas nem simples; nem arbitrárias. Todas as descrições teóricas são falíveis, mas não igualmente falíveis. 5. Teorias e conceituações teóricas são desenvolvidas em relação às experiências que obtemos quando as usamos para entender a realidade.” (GUERRA, 2012:11)

Funari (1998:7) ao falar da impossibilidade de se fazer Arqueologia sem referencial teórico afirma que “a teoria nada mais é do que visão, contemplação, *theoria* significando, em primeiro lugar, a observação visual (*thea*) e, com consequência, especulação, um conjunto de idéias”. Morin (2005:43-44) diz que “teoria científica é uma atividade organizadora da mente, que implanta as observações e que implanta, também, o diálogo com o mundo dos fenômenos. Isso quer dizer que é preciso conceber uma teoria científica como uma construção”.

Deste modo aventura-se posicionar-se dizendo que teoria é *um conjunto de regras ou leis que funcionam como paradigma com vistas a dirigir a nossa maneira de ver/estudar nosso objeto de pesquisa*, tal concepção aplica-se, inclusive, a definições pós – modernistas como a oferecida pelos pós – processualistas visto que ao dizerem que teoria é algo totalmente subjetivo eles fazem de supracitada sentença seu principal aporte teórico. (grifo nosso).

2.2 SUAS ESPECIFICIDADES

Entende-se que toda teoria carrega consigo um conjunto de regras ou leis que depreenderão um programa específico em torno dos passos metodológicos que se realizarão em torno do objeto de pesquisa do cientista, tais regras ou leis servirão de pressuposição para aquilo que ele pretende alcançar. Compreende-se que o pressuposicionalismo embrenha toda corrente teórica. Pressuposicionalismo refere-se aquilo que se “supõe antecipadamente, uma conjectura, suposição, cujo valor de verdade depende a verdade ou falsidade de outra proposição” (HOUAISS, 2001), criando-se, assim, um *ad – infinitum*. Falando sobre objetividade científica e convicção subjetiva Popper (2008) imprime bela discussão dando destaque aos aspectos teóricos que podem ser empiricamente testados e outros que só podem ser testados através da psicologia que pode sugerir explicações variadas, ele entende que

“teorias científicas nunca são inteiramente justificáveis ou verificáveis, [...]” o que não significa, evidentemente, “que não podem ser submetidas á prova” (POPPER, 2008:46). Ele conclui (POPPER, 2008:50) supracitada discussão expressando-se nos seguintes termos: “[...] Importa reconhecer, entretanto, que a situação para a qual chamei a atenção – suscetibilidade de teste *ad – infinitum* e ausência de enunciados últimos que não requeiram um teste – cria um problema”.

Portanto, o aspecto pressuposicionalista se fará presente em volta tanto daquilo que é possível verificar empiricamente quanto daquilo que não será possível, obtendo-se, quanto ao último, um, como se disse, *ad – infinitum* caso se tente. Morin (2005) faz referência a este ponto em quase toda a sua obra, ao falar sobre diferentes áreas do conhecimento ele tece uma breve crítica a Teologia que se apresentava como à detentora do conhecimento, hoje, ele frisa, tal detentora “chama-se Ciência; é por isso que toda vontade de monopolizar a Verdade pretende deter a “verdadeira” ciência” (MORIN, 2005:100), entendendo-se, assim, como dogma e, todo dogma, de onde quer que venha torna-se não falseável e quando deste modo, torna-se religião, transformando-se evidentemente totalmente pressuposicionalista. Compreende-se, porém, que isto não se aplica a todo ramo científico, senão, somente, aqueles que tendem a um extremismo xiita científicista, o que não demite a assertiva de que toda ciência contém em suas teorias uma parte dura indemonstrável empiricamente, muitas vezes despercebida pelo próprio pesquisador, observe-se as palavras de Morin (2005:44) neste ponto quando ponderando nas palavras de Popper diz:

“Popper disse e viu muito bem que *na elaboração das teorias científicas entram em jogo pressupostos, postulados metafísicos*. Outros autores, como Holton, perceberam que os cientistas sempre têm idéias bizarras. E, nós também sabemos, quando examinamos a história das ciências, que *os grandes fundadores da ciência moderna eram impelidos por idéias místicas*: os pioneiros da nova cosmologia, desde *Kepler até Newton, fundamentaram suas explorações da natureza na convicção mística de que existiam leis por trás das confusões dos fenômenos e que o mundo era uma criação racional, harmoniosa. Isso é um postulado*. Podemos nos perguntar será que Newton foi fecundo, apesar de ser alquimista, místico e deísta? [...]. Vocês viram que *as polêmicas entre Bohr e Einstein ocultam oposições de postulados, idéias inverificáveis sobre a própria natureza do real*. Portanto, *existem crenças não experimentais e não testáveis por trás das teorias, isto é, na mente dos sábios e dos pesquisadores. Existem impurezas não só metafísicas mas, sem dúvida, também sociológicas e culturais*” (Grifo nosso).

Morin (2005) ao tratar de maneira mais pormenorizada sobre a temática aqui exposta diz que a ciência possui enorme parte imersa que não é científica, uma zona de sombras, vários tipos de pressupostos que vão do platonismo ao aristotelismo e estoicismo resultando no que ele denominou de “coito psicológico” (Morin, 2005:45). Ao fazer menção dos trabalhos realizados por Popper, Kuhn, Lakatos e Feyerabend pontua que todos “têm como

traço comum a demonstração de que as teorias científicas, como os *icebergs*, têm enorme parte imersa não científica, mas indispensável ao desenvolvimento da ciência”. Entende que é exatamente neste ponto que “se situa a zona cega da ciência que acredita ser a teoria reflexo do real”. Pondera dizendo que a teoria não é purgada de ideologia, de que ela carrega consigo princípios de associação e exclusão e que ao fazer isso reduz a realidade aos elementos que verificou, caindo, assim, em reducionismo.

Entende-se neste enunciado que aqui repousa um dos grandes problemas em torno das várias teorias arqueológicas, dentre elas as que exploraremos *a posteriori*, ou seja, de prender-se a um único elemento ou possibilidade de assimilação da realidade arqueológica deixando de considerar a realidade do seu recorte como um fato real mais complexo que exige interdisciplinaridade e diálogo com vieses os mais diversos, pensa-se que se não houver esta capacidade cair-se-á em puro reducionismo teórico. Morin (2005:104) entende que a ciência ao se divorciar da filosofia perdeu sua capacidade reflexiva e como tal, assevera, deixou de se aperceber das estruturas que organizam as suas partes e apontam suas inconsistências, em outro lugar Morin (2005) destaca que o conhecimento científico é um conhecimento que não se conhece por isso advoga o fim do divórcio ciência / filosofia.

Para Morin essa ciência “que desenvolveu metodologias tão surpreendentes e hábeis para apreender todos os objetos a ela externos, não dispõe de nenhum método para se conhecer e se pensar” em razão de que por trás das teorias “existem crenças não experimentais e não testáveis” (MORIN, 2005:44), aliás, o próprio cientista esquece, como ele ressalta em outro lugar (MORIN, 2005:129) que ele é um sujeito de dois mundos e que como tal carrega consigo suas convicções metafísicas ou religiosas. Neste ponto evoca-se o que Refrew (2008) dissertou quando disse que cada homem carrega consigo uma perspectiva a respeito do mundo, uma cosmovisão, de que ele não atua sozinho no que toca as suas relações sensitivas, e que de acordo com o seu conhecimento real do mundo interpreta suas impressões e lhe atribui significados. Para ele uma comunidade compartilha a mesma visão de mundo, o mesmo jogo mental, o que, segundo Renfrew, os filósofos chamam de individualismo metodológico (tradução nossa).

Deve-se entender que Morin (2005:48) ao dizer que “a observação empírica não é um simples fato físico e não é uma operação teórica neutra” atinge o alvo de cheio. Pondera-se, deste modo, do exposto até este ponto pelo menos algumas particularidades que, como disse no início deste capítulo, enleia as teorias, o que seja: a natureza pressuposicionalista, a circularidade, o reducionismo e, conseqüentemente, sua tendência à seletividade.

A natureza pressuposicionalista das teorias verificou-se ser real e caso seja assim haverá como que consequentemente presente nas teorias circularidade, tal consequência tem gerado embates os mais diversos que remontam a Platão, Aristóteles, Descartes, Hegel e nos dias atuais têm causado muito celeuma (BARBOSA, 2015) e caso a afirmativa de Hegel (1807 apud BARBOSA, 2015:7) seja certa de que “toda a exposição dá fundamento e deve ser circular, tornando-se necessário que todos os pressupostos devem ser expostos,” acertou-se até aqui. Por circularidade entende-se o “caráter da definição defeituosa que remete para outras palavras que, por sua vez, são definidas voltando-se ao conceito inicial, ou seja, não há, na verdade, definição” (HOUAISS, 2001).

A definição apresentada é de cunho denotativo e nas ciências aplicam-se aos círculos hermenêuticos presentes nas definições que as teorias apresentam e que possuem por parte dos estudiosos certas inconsistências ao não reconhecerem o aspecto pressuposto de seus respectivos vieses, ora, para evitar tais devaneios seria melhor entender que as teorias possuem, como dizem alguns dos autores citados, uma parte dura. De qualquer maneira cabe aos pesquisadores conscientizarem-se do que seja fato em suas teorias e do que seja implícito, ou seja, do que pode ser verificado e do que serve como axioma para sustentar sua hipótese, configurando-se, assim, em circularidade (MABTZAVINOS, 2014).

Desassociado de qualquer coisa precisa-se reconhecer a natureza problemática em torno do que de fato gera a circularidade, se ela é de natureza ontológica, lógica ou empírica (MABTZAVINOS, 2014), tal discussão destoa do propósito deste trabalho, o que se pretende é que o pesquisador diligente esteja ciente deste aspecto visto que alguns costumam em seus debates teóricos acusarem de circularidade seus opositores quando eles mesmos não se apercebem da circularidade presente em seus discursos e pesquisas. Morin alude a circularidade algumas vezes em seu livro e em todas elas ele não entende como algo que venha comprometer o conhecimento, até porque ao expor e fazer defesa em favor de uma teoria de cunho mais perspectivista ou, como ele mesmo chama complexa, a circularidade será de valor inestimável, repare-se em suas palavras quando avalia o assunto ao tratar sobre a epistemologia da tecnologia:

“Se não queremos isolar a tecnologia, devemos unir o termo em macroconceito que reagrupe em constelação outros conceitos interdependentes. Já não se podem separar o conceito, a tecnologia, do conceito ciência, do conceito indústria; **trata-se de conceito circular**, porque, no fundo, *todos sabem que um dos maiores problemas da civilização ocidental está no fato de a sociedade evoluir e se transformar exatamente no circuito [...]*” (MORIN, 2005:108, Grifo nosso).

Em outro momento onde disserta sobre a complexidade das informações nos nossos organismos biológicos Morin advoga a favor de uma circularidade teórica onde indução e

dedução não se anulem, mas se completem podendo-se afirmar que “não só a parte está no todo, mas também que o todo está na parte”, fugindo tanto do reducionismo quando do holismo:

“Isso quer dizer que não podemos mais considerar um sistema complexo segundo a alternativa do reducionismo (que quer compreender o todo partindo só das qualidades das partes) ou do "holismo", que não é menos simplificador e que negligencia as partes para compreender o todo. Pascal já dizia: "Só posso compreender um todo se conheço, especificamente, as partes, mas só posso compreender as partes se conhecer o todo." *Isso significa que abandonamos um tipo de explicação linear por um tipo de explicação em movimento, **circular***, onde vamos das partes para o todo, do todo para as partes, para tentar compreender um fenômeno”. (MORIN, 2005:182 – 183, grifo nosso).

Mais a frente ele comenta:

“Ora, há que extrair da fórmula de Pascal um tipo superior de inteligibilidade baseada na ***circularidade construtiva da explicação do todo pelas partes e das partes pelo todo***, isto é, na qual essas duas explicações, sem poderem anular todos os seus caracteres concorrentes e antagônicos, se tornam complementares, *no mesmo movimento que as associa*. É esse circuito ativo que constitui a descrição e a explicação. Ao mesmo tempo, a manutenção de uma certa oposição e de um certo jogo entre os dois processos de explicação, que, segundo a lógica simplificadora, se excluem, não é viciosa, mas fecunda.” (MORIN, 2005:259-260, Grifo nosso).

Mesmo que se conteste o aspecto circular que, pensa-se, traspassam os vieses um dilema será inevitavelmente gerado o de que “nossos princípios teóricos devem ser sem pressupostos” (BARBOSA, 2015:13), o que se constatou ser de natureza árdua ou impossível, ou teríamos que ceder a argumentação analítica de Aristóteles que “chama a atenção para a impossibilidade de demonstração dos princípios lógicos e da verdade, princípios que pressuporiam o que pretendem demonstrar” (BARBOSA, 2015:13), tornando a circularidade necessária. Se houver algum tipo de consenso de que as teorias científicas sempre carregarão consigo afirmações de caráter metafísico, religioso ou ideológico, haverá de se chegar a um acordo de que as tendências teóricas de alguma forma carecem da circularidade para que se mantenham de pé.

Discute-se, agora, sobre mais um ponto que nos parece caracterizar a ciência clássica, isto é, a aparência reducionista que tende a acompanhar toda e qualquer teoria que se tem proposto, sobretudo no que toca aos aspectos de entender as partes a luz do todo – dedutivismo – ou o todo a luz das partes – indutivismo. Entende-se por reducionismo as afirmações feitas por diferentes teorias que objetos, fenômenos, teorias ou significados complexos podem ser sempre reduzidos, ou seja, expresso em unidades diferentes a fim de explicá-los, a suas partes constituintes mais simples (REDUCIONISMO, 2013). Morin não nega as contribuições extraordinárias que o sistema reducionista da ciência clássica legou, entretanto, ele intercede a favor de um novo entendimento.

“A ciência "clássica" baseava-se na idéia de que a complexidade do mundo dos fenômenos podia e devia resolver-se a partir de princípios simples e de leis gerais. Assim, a complexidade era a aparência do real; a simplicidade, a sua natureza. De fato, é um paradigma de simplificação, caracterizado por um *princípio de generalidade*, um *princípio de redução* e um *princípio de separação* que comandava a inteligibilidade própria do conhecimento científico clássico. Esse princípio revelou-se de extraordinária fecundidade no progresso da física da gravitação de Newton à relatividade de Einstein, e foi o "**reducionismo**" biológico que permitiu conceber a natureza físico-química de toda organização viva. Mas, hoje, os próprios progressos da física fazem-nos considerar as insuperáveis complexidades da partícula subatômica, da realidade cósmica, e os próprios progressos da biologia levantam problemas inseparáveis de autonomia e de dependência que dizem respeito a tudo que é vivo. Assim, o desenvolvimento dos conhecimentos científicos põe em crise a cientificidade que suscitara esse desenvolvimento”. (MORIN, 2005:329, grifo do autor)

Discorreu-se anteriormente sobre a insatisfação de Morin (2005) em torno de sistemas reducionistas como das ciências empíricas e dos sistemas holísticos que a semelhança da anterior, só que de maneira contrária, negligencia as partes para compreender o todo, revestindo-se também de reducionismo. Morin enfatiza a necessidade de um princípio que ele denomina de hologramático onde as partes estão no todo e o todo nas partes sendo, ao que parece, uma vacina contra o reducionismo presente nos sistemas empiricista e holísticos.

Guimarães trata da problemática reducionista aplicando-a ao tema do meio ambiente.

“Edgar Morin critica o reducionismo da ciência clássica, afirmando que esta ignorava o fenômeno sistêmico, uma vez que possui um saber parcelado, fragmentado, o que resulta na perda da visão totalitária do ser. Afirma a incerteza da ciência e a incompletude do conhecimento, sendo necessária a superação das idéias reducionistas e simplistas, evocando a exigência de se pensar sobre a complexidade da realidade e dos fenômenos físicos e biológicos, trazendo para a ciência as noções de ordem, desordem e organização”. (GUIMARÃES, 2010:19)

Ventila-se com a exposição em tela e a luz das citações dos inúmeros autores referenciados não produzir uma crítica que desconstrua o valor reducionista em volta das teorias, enxergou-se seu valor, a intenção é tornar claro para o pesquisador que o conjunto de regras que comportam sua visão teórica tenderá a reduzir a realidade objetiva em torno de seu programa científico ao conhecimento apenas de um fragmento, sendo esta objetividade fragmentada sempre objeto de contestação e nova falsificação. Vê-se que supracitada alegação poderá levar o cientista a se tornar sabedor das limitações presentes dos resultados de sua pesquisa, como também o convidará a abrir seus horizontes para novas possibilidades teóricas que, juntando-se a sua maneira de ver, lhe fornecerá mais dados sobre o seu recorte.

O reducionismo aqui discutido tem seu foco no que toca ao aspecto epistemológico, teórico, fiscalista do conhecimento científico em relação ao recorte da realidade a ser

estudada, e não aos recortes metodológicos em torno da pesquisa propriamente dita que como de práxis costuma-se fazer, sobre isto estamos plenamente conscientes em razão de termos detectado no transcorrer da pesquisa. Atente-se para as seguintes palavras:

“Essa concepção sustenta um *programa de investigação científica*. Reduzir a realidade estudada apenas a alguns poucos de seus aspectos revela que esta metodologia reducionista foi capaz historicamente de suscitar um avanço do conhecimento e que, portanto, ela tem grande valor epistemológico. Na realidade, grande parte de nossas descrições e investigações se dão de forma a isolar diferentes aspectos do objeto estudado ou descrito. Separar, isolar, classificar etc. é um recurso para o conhecimento humano”. (REDUCIONISMO, 2013, grifo nosso)

Apesar de haver quase que um reconhecimento unânime em torno dos benefícios legados pelo reducionismo fisicalista muitos têm proposto que o mesmo já passou.

“[...] a crença reconfortante numa ciência unificada em torno das leis da física se tornou cada vez mais difícil de sustentar com o advento da biologia moderna e o desenvolvimento das ciências humanas a partir do final século XIX. A ciência não é um todo unificado a partir da possibilidade de reduzir todos processos a um nível fundamental. Diferentes teorias e explicações muitas vezes não podem ser reduzidas uma à outra, no sentido de que não podem ser entendidas como redutíveis a um nível de explicação básico. Pelo contrário, as perspectivas reducionistas devem ser vistas como recursos complementares, *como parte da explicação para se entender um processo complexo*, [...] *O reducionismo, como concepção filosófica fisicalista*, que enseja a possibilidade de oferecer explicações para todos fenômenos complexos em termos de leis e elementos de níveis mais baixos descritos a partir de leis da Física, *caiu por terra*”. (REDUCIONISMO, 2013, grifo nosso).

Mais à frente o supracitado autógrafo encerra dizendo: “O reducionismo como programa de investigação científica não tem como ser rejeitado. O reducionismo é elemento importante no desenvolvimento de estratégias valiosas para a geração de modelos inovadores e com capacidade explicativa”. Conseqüentemente discute-se sobre o reducionismo epistemológico e não metodológico, estando-se consciente do valor de ambos.

Após ter-se refletido sobre o reducionismo teórico adentrar-se-á a outro detalhe que por vezes pega desatento os estudiosos, isto é, precisa-se reconhecer que a teoria abraçada por parte do cientista o conduzirá a realizar recortes e selecionar apenas aqueles dados que contribuirão para fundamentar a sua empreitada. Neste sentido a pesquisa tenderá a certa miopia em razão de ser tentada a desconsiderar informações que a princípio contestaram seu empreendimento ou não contemplavam os seus propósitos. Sabe-se que este tema não é tão amistoso quanto os demais, - partindo-se do entendimento que sejam pontos pacíficos – entende-se que em pesquisa científica não há “fatos puros” no sentido em que Morin (2005) entende, ou seja, de que independente dos instrumentos usados, de ferramentas mentais, ou dispositivos mentais que são os conceitos realiza-se recortes, impedindo, assim, de

apresentarmos os fatos puros de nossa pesquisa. Ora, como que inconscientemente o pesquisador será levado a se deparar com este adendo em sua pesquisa, pensa-se ser inevitável, isto de modo algum depreciará sua pesquisa, porém, deveria levá-lo ao entendimento de que seu resultado é de caráter apenas parcial, possibilitando-o está aberto a outros vieses e pesquisas que a sua semelhança não possuem a palavra final.

“[...] evidentemente, não existe um fato "puro". Os fatos são impuros. É por isso, finalmente, que *a atividade do cientista consiste numa operação de seleção dos fatos; de eliminação dos fatos que não são pertinentes, interessantes, quantificáveis e julgados contingentes*. O dispositivo experimental, em última instância, é a seleção de um certo número de dados; é um transplante no meio artificial, que é o laboratório, e permite agir nas variações desejadas. Dito de outro modo, *fazemos recortes na realidade e é por isso que se diz que não existe um fato puro, um fato sem teoria*” (MORIN, 2005:43, grifo nosso).

Compreende-se que para haver um “fato puro” ter-se-ia que abrir mão das teorias o que evidentemente não se pode fazer, portanto, o fazer científico nos levará a esta realidade, isto não significa que estejamos advogando algum tipo de agnosticismo, jamais, nem o próprio Morin faz isso, pelo contrário, linhas abaixo de seu arrazoado anterior pondera:

“Será que isso quer dizer que não existe fato objetivo? Não! É preciso dizer que graças às idéias bizarras, graças às hipóteses, *graças aos pontos de vista teóricos* é que, efetivamente, conseguimos selecionar e determinar os fatos nos quais podemos trabalhar e fazer operações de verificação e falsificação”. (MORIN, 2005:43, grifo nosso).

Os recortes que temos que realizar em nossas pesquisas imuniza-nos contra o orgulho intelectual fazendo-nos lembrar de que somos finitos, como também vacina-nos contra aquele frenesi presente nas descobertas científicas, pensa-se que é natural se alegrar a cada avanço do conhecimento, mas, o estudioso não pode deixar de reconhecer que a cada esplendor de uma descoberta científica surge, de contrapartida, dados sobre os quais permanecemos completamente ignorantes dando ensejo a mais estudos. Evidentemente que o teórico poderá discordar sobre o que se expõe aqui, no entanto, ao discordar deve considerar o que Morin (2005:99) declara sobre o que é ser uma má teoria: “O que é a má teoria? A má doutrina? É aquela que se fecha sobre si mesma porque julga que possui a realidade ou a verdade. A teoria fechada tudo prevê antecipadamente”. Entende-se que a teoria que tudo sabe detesta a realidade que a contradiz e o conhecimento que a contesta. Assim os recortes e seletividades que realizamos ao pesquisar é um grande testemunho de que a teoria impressa não nos forneceu uma abstração filosófica ou empírica que respondesse todas as demandas de nossa pesquisa.

Gostaria de considerar rapidamente neste ponto sobre o potencial narrativo que acompanha as teorias. Digo as teorias porque se percebe que como uma de suas características básicas está aquela de narrar resultados. Convencionou-se até aqui que as teorias são lentes através das quais olhamos para o nosso objeto de pesquisa, são visões teóricas que nos levarão a resultados que a partir do momento que são transcritos ou compartilhados tornam-se de certo modo narrativas. Ao longo de seu livro Goheen e Bartholomew (2016:111-119) nos fornecem uma boa discussão sobre o potencial narrativo que teorias marxistas, positivistas, judaicas – cristãs, pós – modernas têm produzido.

Ao considerar tal aspecto pôde-se observar que as teorias, independente de quais sejam, são contadoras de histórias. Pense-se no excelente trabalho arqueológico realizado por Neves (2012) e sua equipe nas terras baixas da Amazônia Central, mais especificamente na confluência dos rios Negro e Solimões. Dentre outras coisas Neves (2012:1, grifo nosso) pretendeu “apresentar uma *reconstituição da história* da ocupação humana da Amazônia central no longo período transcorrido entre o início do Holoceno, há cerca de dez mil anos atrás, até a época do início da colonização européia, no século XVI DC. O propósito de Neves é ousado em razão do período pretendido, no entanto, não há nenhum pecado nisso, visto que todo trabalho científico haverá, como dissemos, de produzir resultados. Explica-se que quando falamos em potencial narrativo não estamos pensando no gênero literário propriamente dito, mas, no resultado da pesquisa que como tal oferecerá explicações em torno do seu recorte, explanações que visam fornecer informações.

Soltys aparenta ter compreendido muito bem esta face que acompanha as teorias, tanto é que ele dedicou todo um capítulo de sua dissertação para tratar dele, ao apresentar o resumo de sua obra ele diz que “a presente dissertação analisou a relação entre as correntes teóricas arqueológicas, a forma *como elas constroem narrativas*, [...]” (SOLTYS, 2010:7). Ele acrescenta que dentre os seus propósitos está o de relacionar as narrativas que surgem da escolha de cada arqueólogo em seguir determinada corrente. Acredita-se que todo cientista ao imprimir uma leitura sobre o seu recorte será levado a realizar uma interpretação sobre o mesmo, tal interpretação ocorrerá por meio da lente teórica abraçada, o que evidentemente levará aos resultados de sua labuta. A Arqueologia, dentre as ciências que poderíamos elencar está entre as de maior potencial narrativo em razão de ter que fornecer informações sobre um passado cujo informe muitas vezes se resume a “caquinhos”. Tais informações serão posteriormente reunidas dando ensejo à história daqueles que ocuparam o assentamento.

“Este é o trabalho da interpretação: explicação, o decifrar e comunicar de sentidos e significância. Como numa profecia, ela envolve leituras por significância e inferências sobre modos de ação [...]. Interpretação é uma apreensão ativa que faz, de algo produzido no passado, uma presença para nós hoje. Interpretação [...] nos termos delineados neste livro é entender o passado e apreciá-lo através de análises científicas e técnicas, aproximando particularidades e noções gerais, alcançando a liberação de significados para o público da arqueologia. Narrativas, colagem, enciclopédias mágicas, fantasias precisas, construções do passado a partir do presente. Interpretação – produto da arqueologia como um modo de produção cultural, da arqueologia como artesanato.” (SHANKS, 1992 apud SOLTYS, 2010:51)

Ao estabelecer um link entre interpretação e narratividade Soltys diz:

“Outro ponto importante é a questão da narrativa: montar uma história para maior compreensão. E isso não só na fase expositiva quando da recepção do público, inclusive em campo. Discussões de alternativas, formulação de hipóteses, a fluência de ponderações de cada participante contribuem na formação de uma narrativa mais complexa e abrangente. Enquanto vão sendo montadas alternativas e hipóteses, a narrativa ajuda a se montar uma interpretação coerente e ajuda no surgimento de novas questões, já que inclui novas visões, quando a idéia sai da cabeça do arqueólogo e é compartilhada com o resto da equipe. A arqueologia nesse ponto é muito dependente da narrativa, ter uma história em mente é necessário para ajudar enquanto se escava, enquanto se pensa nas alternativas para o sítio”. (SOLTYS, 2010:52)

Portanto esta interação entre arqueólogo e sua equipe de pesquisa propiciará uma fertilidade de informações advindas de profissionais das mais variadas formações, geógrafos, biólogos, historiadores, sem contarmos com as especializações que se fará exigir de arqueólogos ao atuarem em campo, como daqueles preparados para tratar com os restos ósseos, tipos de enterramentos e rituais, construções históricas etc. Não é sem razão o fato de termos ditos que dentre as ciências a Arqueologia está entre as de maior potencial narrativo.

3 PRINCIPAIS CORRENTES TEÓRICAS EM ARQUEOLOGIA

3.1 HISTÓRICO – CULTURALISMO

A priori precisa-se oferecer uma imagem sucinta do como surgiu a Arqueologia até a época da elaboração do viés teórico Histórico-Cultural para que estejamos em harmonia com o contexto histórico que fomentou pesquisas de tendência mais científica.

Refrew (2008) entende que o homem sempre teve interesse pelo seu passado e ao tecer argumentação em favor desta assertiva pontua dentre outras coisas que Nabonido - último Rei nativo de Babilônia - teve grande interesse pela antiguidade chegando a escavar um templo e construir uma espécie de museu em Babilônia para expor suas descobertas. Refrew informa que foi na época da Renascença com a criação dos gabinetes de curiosidades que se atribuiu um tipo de história natural a esses achados, remontando, desta forma, ao antiquarianismo.

No que toca ao surgimento da Ciência Arqueológica propriamente dita remonta-se ao Antiquarianismo do século XVI (SOLTYS, 2010), algo que em tese não se pode negar, o próprio Trigger (2004) nos faz entender que já nessa época eles tinham aprendido a descrever e classificar monumentos e artefatos, a escavar e registrar achados, a usar vários métodos de datação, inclusive a estratigrafia, e a calcular a idade de alguns achados. Trigger (2004:81) refere-se a este período como “Antiquarianismo Científico”.

O antiquarianismo, no entanto, levou a muitos impasses em virtude de recorrer aos registros escritos e tradições orais, o mesmo que se fazia na Arqueologia Clássica. De tais impasses surgiram, de acordo com Trigger (2004) dois importantes movimentos, um na Escandinávia, onde novas técnicas de datação dos achados foram introduzidas, e outro na França e Inglaterra, onde se deu início aos estudos do Paleolítico culminando, os dois movimentos, com o surgimento da Arqueologia Pré-histórica.

Thomsen é o pesquisador que incorpora as pesquisas arqueológicas técnicas de datações relativas que não recorriam aos registros escritos (TRIGGER, 2004), - isto ele o fazia através das inscrições e datas das moedas, baseado nestes dados ele as ordenava em séries de acordo com a região e o reino em que tinham sido cunhadas. Às vezes bastava o emprego de critérios estilísticos para situar tais séries a datas e períodos históricos. Trigger

(2004:95) diz que “trabalhar com numismática⁴ provavelmente despertou em Thomsen a consciência das mudanças estilísticas e de seu valor para a datação relativa de artefatos”.

Com o intuito de expor a coleção de maneira mais eficiente Thomsen dividiu o período pré-histórico em três idades sucessivas: da pedra, do bronze e do ferro (TRIGGER, 2004), tudo isso fez com que a Arqueologia Pré-histórica ou Paleolítica se envolvesse nas controvérsias que cercavam a obra de Darwin sendo fortemente influenciada pelos conceitos derivados da evolução biológica. Isto fez com que “a crença na desigualdade das raças ganhasse credibilidade científica em consequência do evolucionismo darwinista” (TRIGGER, 2004:141), ensejando um papel insignificante à herança cultural.

Com esta guinada assimilou-se idéias de Lewis Morgan, Herbert Spencer, E.B. Taylor entre outros, que "procuravam encaixar as sociedades dentro de um modelo evolutivo retilíneo, com três estágios: selvageria, barbárie e civilização, onde os europeus se encontravam” (REZENDE, 2012:8), o que permitiu o surgimento da corrente arqueológica denominada de Evolucionismo Cultural. Este modo de ver gerou, segundo Trigger (2004:139), um dos maiores problemas para o evolucionismo cultural visto que ele tinha que explicar “porque algumas sociedades se desenvolveram mais rapidamente, ao passo que outras aparentemente permaneceram estáticas por milhares de anos”.

A resposta que era dada consistia na premissa básica de que o processo de ascensão era constante, embora mais lento em alguns casos. Essa ideia se apoiava basicamente na crença positivista de crescente expansão capitalista e na fé no progresso (REZENDE, 2012), o que, conseqüentemente, deixava a evolução biológica como uma das possibilidades explicativas.

Percebe-se que a “corrente que mais influenciou o Evolucionismo Cultural foi a darwinista” (BELLELLI, 2001:139, tradução nossa). Bellelli (2001) informa que para esta corrente os grupos humanos haviam se diferenciado uns dos outros não só culturalmente, mas também em resposta as suas capacidades biológicas para utilizar a cultura. Devido este realce biológico o Evolucionismo Cultural Norte Americano teve na etnografia um dos seus principais métodos em razão de que ao considerar os povos indígenas estáticos aplicavam o mesmo modo de leitura aos seus antepassados que, segundo eles, mostravam um registro arqueológico uniforme e sem desenvolvimento.

⁴ Ciência que tem por objeto de estudo as moedas e as medalhas.

Em razão do Evolucionismo Cultural relegar um papel secundário a herança cultural na conduta humana atribuindo aos fatores genéticos às mudanças culturais existentes, caiu no reducionismo biológico, fomentando políticas raciais. Sabedores de que só alguns povos haviam experimentado tais avanços justificava-se o exercício do poder sobre estas tradições humanas por serem, ao seu juízo, genética e evolutivamente atrasados (GONZALO, 1992).

“[...] no final do século XIX, o evolucionismo cultural sofria contestações na Europa por conta do crescente nacionalismo e do declínio da fé no progresso tecnológico. As duas coisas estavam intimamente ligadas, porquanto o enfraquecimento da adesão ao evolucionismo fazia despontar a etnicidade como o fator mais importante na história humana. Na Europa ocidental, o nacionalismo crescia à medida em que a expansão da industrialização aumentava a competição por mercados e recursos. No final do século, intelectuais desejosos de promover a solidariedade em seus países, em face do conflito social crescente, estimulavam o nacionalismo, culpando estados vizinhos por seus problemas econômicos e sociais”. (TRIGGER, 2004:184)

Em meio a esta efervescência surge o Histórico – Culturalismo⁵ que segundo Refrew (2008) representa as visões do passado como também as teorias e idéias do seu tempo, portanto, deve-se entender que a AHC como teoria interpretativa não surgiu num vácuo, pelo contrário, está inserida dentro do contexto do século XIX que estava eclodindo de ideias, representando um avanço dentro dos estudos arqueológicos.

Diz-se avanço porque alguns presumem que a AHC como suporte teórico não representou nenhum progresso, sobretudo na maneira que alguns arrebatados pelos pressupostos cientificistas do processualismo vieram a subestimar os resultados obtidos pela AHC. Johnson (2000) comenta sobre os dois pontos de vista acima considerados dizendo que os que julgam a AHC uma evolução teórica atribuem um exagero exacerbado aqueles que abraçaram as propostas da Nova Arqueologia elevando-a ao máximo e, conseqüentemente, ao julgarmos, depreciando a AHC. Ribeiro (2010:15) tece comentário semelhante a este respeito parafraseando as palavras de Johnson ao dizer que “os defensores da segunda opinião advogam ainda, que a importância da Nova Arqueologia para o desenvolvimento arqueológico tem sido muito exagerada”.

Rezende (2006:52) ao considerar à origem da pesquisa arqueológica de cunho mais científico aponta a AHC como a “primeira ‘caixa de ferramentas’ organizada que os arqueólogos tiveram à disposição”, vendo este aspecto como o maior mérito desta escola. Ribeiro (2010:16) apoia a ideia de que sua “grande tarefa era atribuir à Arqueologia um status

⁵ A partir de agora AHC.

científico”, passando a estabelecer normas teóricas e metodológicas que pudessem ser aplicadas à pesquisa arqueológica.

Deve-se dizer que a AHC têm nas figuras de Gustaf Kossinna (1858 – 1931) e Vere Gordon Childe (1892 – 1957) seus principais precursores (FONTOURA, 210, p. 2). Trigger (2004) nos diz que Gustaf Kossinna (1858-1931) era um arqueólogo impregnado de uma devoção quase cega, patriótica e nacionalista, no que tocava ao povo alemão. Despertado a estudar o começo dos povos que falavam indo europeu e, por extensão, dos próprios alemães, introduziu nos seus estudos a conceituação de cultura. As culturas seriam como que "um reflexo inevitável da etnicidade, argumentando que as semelhanças e as diferenças na cultura material podiam correlacionar-se com as semelhanças e as diferenças na etnicidade”. Para Kossinna a continuidade cultural levava a admitir a possibilidade de continuidade étnica.

“A distribuição geográfica dos artefatos permitia determinar as áreas de ocupação de grupos populacionais na pré-história, [...] passou a relacionar variações culturais e étnicas com variações raciais. Aceitava igualmente que os povos antigos que falavam indo europeu, ou seja, os ancestrais diretos dos alemães pertenciam ao grupo racial ariano e que as características raciais eram fatores determinantes fundamentais do comportamento humano. Aceitava igualmente a ideia de que havia povos culturalmente criativos e povos culturalmente passivos. Desenvolve-se assim a ideia da existência de culturas superiores, que se relacionam com a superioridade racial.” (ANDERSON, 2011:1-2)

Childe ao aproveitar o conceito de cultura arqueológica de Kossinna como “certos tipos de vestígios — recipientes, utensílios, decorações, ritos funerários, tipos arquitetônicos — que aparecem associados de forma recorrente,” passa a definir as culturas a partir destes artefatos em torno de dois pressupostos: de que “os objetos são expressões de normas culturais, [...] e que tais normas definem o que é a cultura” (ANDERSON, 2011:2). Deve-se ressaltar, porém, que ele recusa as conotações racistas, mesmo que entre estudiosos ingleses houvesse entendimentos de vantagens étnicas.

Munido destas informações contextuais de alicerce teórico em torno de seus dois principais ícones foca-se, a partir de agora, sobre suas especificidades.

Morales (2014) informa-se que a AHC também conhecida como Arqueologia Tradicional e originada no Continente Europeu, foi logo assimilada por teóricos Norte Americanos, a diferença entre originador e assimilador estão no fato de que o primeiro caracterizou-se como uma abordagem historicista de caráter qualitativa, vendo as culturas como que representadas por mapas de distribuição espaço – temporal, enquanto a última é marcada por uma abordagem de viés mais qualitativo, prendendo-se mais especificamente na

construção de sequências cronológicas que evidenciassem a frequência de determinados estilos.

Ao ponderar sobre as palavras de Schiavetto, Morales (2014:47) a interpreta dizendo que esta vertente é “de caráter monolítico e estático à cultura, associando de maneira direta continuidades materiais a continuidades étnicas”. Vale chamar atenção ainda que o culturalismo norte americano foi muito influenciado por Boas que viu cada cultura como única ensejando não somente o relativismo cultural como também o particularismo histórico. Segundo Reis (2003:80) para “Boas à teoria devia está fundamentada em dados empíricos e testada por estes”.

Alarcão (1996) diz que a AHC inicia seus estudos dos vestígios materiais do passado escavando e examinando objetos e estruturas - de habitações, funerárias, rituais e outras - pretendendo determinar-lhes as funções, para, depois, classificá-los em tipologias, isto é, reduzir a diversidade dos objetos (ou das estruturas) à unidade de determinados modelos ou normas que os homens tinham em mente ao fabricarem os objetos ou ao construírem as estruturas. A classificação tipológica é, portanto, “um dos objetivos principais da Arqueologia Histórico – Culturalista” (ALARCÃO, 1996:9).

Reis (2003) diz que tal empreitada tratar-se de uma pesquisa sobre vestígios arqueológicos visando à elaboração de linhas gerais de tempo em relação aos principais eventos e mudanças culturais de sociedades pré – históricas de uma determinada região, identificando áreas e estágios culturais.

Para este viés “a cultura material foi entendida como um reflexo passivo da cultura, sendo esta conceituada como um conjunto de normas, valores, ideias, prescrições e regras formais partilhadas por um determinado grupo” onde a “homogeneidade da cultura material torna-se a assinatura de um grupo étnico no registro arqueológico” (LIMA, 2011:13). Funari (2005:1) corrobora dizendo que “o modelo histórico-cultural parte do pressuposto que a cultura seja homogênea e que as tradições passem de geração a geração.” Baco, Faccio e Luz (2009) posicionam-se dizendo que no que toca a forma de pensar o registro arqueológico a AHC não rompeu totalmente com o pensamento evolucionista. Percebe-se, portanto, que as explicações de supracitada corrente mostram-nos que seus princípios constituem-se num de caráter difusionista e evolucionista.

Lima (2011) ao chamar atenção sobre os ângulos norteadores que compõem a AHC observa que ela foi o primeiro paradigma formal proposto. De que seu principal lema era

enfatizar que as coisas mudam porque as pessoas mudam, passando, assim, a considerar os achados arqueológicos como se fossem a imagem e semelhança das pessoas, dando a entender que este modo de pensar privilegiou uma abordagem essencialmente indutiva visto que estabeleceu como padrão de qualidade os seguintes passos, um de intenção metodológica em campo, outro de procedimentos analíticos em laboratório, o primeiro consistindo no recolhimento acurado do maior número de evidências materiais, - visto que reunidos haveria melhores possibilidades de interpretação – o segundo em técnicas para identificar, classificar e interpretar a cultura material, tendo a difusão e a migração como os principais agentes de mudança.

Tendo nas variações presentes entre os artefatos os principais marcadores de diferenciação cultural a AHC debruçou-se sobre as propriedades físicas de seus objetos identificando sua matéria prima, de onde ela teria se originado, que propriedades pertenciam-lhe fazendo diferenciação entre os já presentes na matéria prima e os nela introduzidos, postulando daí o tipo de tecnologia usada no preparo e produção dos artefatos, a função primária a ele atribuída, como, também, os usos aos quais foi submetido desde a sua origem e descarte, até ser encontrado pelo arqueólogo em campo, passando ao exame das qualidades físicas presentes no artefato dando destaque ao *design* e estilo, ordenando-os, então, em tipologias, datações e se desejado seriações.

Deste modo estes artefatos como portadores de significados passam a construir as narrativas pretéritas destes povos e caso alguma qualidade inerente básica destes artefatos pareça diferenciar-se tal constatação não passaria de uma grande quimera.

Lima (2011:14, grifo nosso) ressalta que a AHC proveu-se, ainda, da construção de “categorias espaço temporais, como fases e tradições” atribuindo os achados a grupos humanos específicos, por isso, os artefatos eram interpretados como indicadores culturais que poderiam refletir claramente áreas de grande moradia de “tribos ou grupos étnicos” (BACO; FACCIO; LUZ, 2009:211).

Reis (2003) ao tratar sobre ponto acima ressaltado em torno de fases e tradições informa que na AHC existem dois tipos de tipologia, a de caráter essencialista que se prende em torno do aspecto inerente, básico do artefato, aspecto esse que não muda, e a do tipo materialista, que é a que sofre variação e conseqüentemente deve ser objeto da abstração do arqueólogo, da primeira originar-se-iam as tradições, a parte imutável do fragmento, da segunda as fases, as quais se baseiam nas variações sofridas nos artefatos. Daqui, então,

introduziu-se o conceito de cultura arqueológica como resultado do advento dos estudos de analogia etnográfica, Trigger (2004:167) assinala que Childe definiu tal conceito como “certo tipo de vestígios – vasos, apetrechos, adornos, ritos funerários, formas de habitação – que aparecem associados de forma recorrente”. Trigger ao avaliar as definições de Childe ao que toca as exterioridades culturais de cada grupo social erige a seguinte conclusão:

“[...] De que Childe enfatizou que cada cultura deve ser descrita de modo a ver-se individualizada em termos dos artefatos que a constituem. Sublinhou que culturas não podem ser definidas tão somente pela subdivisão em bases espaciais ou temporais das idades e épocas dos arqueólogos evolucionistas. Em vez disso, os limites geográficos e a duração de cada cultura devem ser estabelecidos empiricamente, e as culturas particulares alinhadas cronologicamente por meio da estratigrafia, seriações e sincronismos. Ele sustentava que o significado histórico de diferentes tipos de artefatos só podia ser verificado considerando-se o papel que desempenhavam nas culturas pré-históricas.” (TRIGGER, 2004:167)

Em termos de concisão entende-se que as palavras de Trigger nos mostram que para Childe cada cultura devia ser representada de modo individual a luz de seus artefatos e das funções que cada um desempenhava dentro de sua própria cultura pré-histórica, de que tais culturas não podiam ser entendidas como subdivisões como propostas por arqueólogos evolucionistas, mas, sim, que deveriam ser definidas empiricamente, e equiparadas quanto ao tempo por meio da estratigrafia, seriações e sincronismos.

Reis (2003:82) referiu-se ao uso da estratigrafia pela AHC como a “revolução estratigráfica,” ou seja, não por se tratar de algo inédito nas pesquisas arqueológicas, sabe-se que no Evolucionismo Cultural e até no Antiquarianismo já se realizavam tais estudos, mas, sim, no sentido de permitir aos arqueólogos medir a passagem do tempo através das camadas dos solos que à luz dos artefatos ali encontrados podiam-se propor cronologias e possíveis datações para a cultura que estava por trás dos ditos artefatos. Reis (2003) chama atenção ao destacar que dentre os postulados da AHC está o de produzir uma linha de tempo que pontue os fenômenos e transformações culturais identificando áreas e estágios culturais, o que seria em tese o mesmo que criar tradições e fases como já pontuados. Ele entende que supracitados estágios foram de fundamental importância para a formulação dos aportes teóricos da AHC.

No que toca a estes aportes que permeiam a AHC e que impulsionaram as pesquisas Reis (2003:79) destaca além da difusão e migração o paradigma da invenção, que se refere a “coisas novas ou novas maneiras de se fazer as coisas” o que se configura, em nosso parecer, o núcleo de onde se difundiria a tradição. O grande desafio para este modo de pensar arqueologia ancora-se na empreitada de não somente identificar tais núcleos, mas, sim, em chegar à origem da cultura. Aliás, Alarcão (1996:10) observa que para este modo de

concepção a cultura é vista como o “conjunto de tipos semelhantes que em diferentes estações aparecem sempre ligadas”, cujo um dos principais objetivos é a definição de supracitadas culturas, a delimitação de suas áreas geográficas e o seu posicionamento no que diz respeito à cronologia.

A AHC trata-se de um viés que tem como pressuposto básico o princípio de que a cultura “seja homogênea e que as tradições sejam passadas de geração a geração” (FONTOURA, 2010:2), que como tal sofreu influências do evolucionismo cultural que a antecedeu, de que seu foco está em torno do estudo da distribuição geográfica dos artefatos e suas relações com grupos históricos, mantendo-se presa principalmente no estudo de sequências regionais empiricamente documentadas pelos artefatos, incluindo reconstruções cronológicas detalhadas e descritivas tendo na metodologia estratigráfica uma grande aliada, enumerando as culturas arqueológicas e ressaltando os atributos técnicos dos artefatos escavados, utilizando, além disso, o método comparativo etnográfico para saber como as sociedades extintas funcionaram no passado. Envida esforços para tornar inteligíveis as transformações culturais como que causadas extrinsecamente pelas migrações de povos ou pela difusão geográfica das culturas, sendo estes, a sua principal e única explicação para as mudanças presentes no modo de fazer dos povos pretéritos.

No que se refere às críticas que lhe sobrevieram Alarcão (1996:10) diz que quanto a essa corrente o que é criticável é “ter-se limitado ao estudo funcional e tipológico da cultura material e ao exame da vida econômica, sem ter apresentado a análise dos aspectos sociais, políticos e ideológicos das culturas.” Lima (2011) enumera a acusação de circularidade, - mas, como vimos, qual não é?

Reis (2003) entende que o principal erro desta escola foi ter se mantido presa ao difusionismo o que, ao nosso entender, não a possibilitou deslumbrar outras possibilidades que explicassem as heranças e mudanças culturais presentes na cultura material. Quando perguntada: o que possibilitou a série de mudanças nesta cultura? Alarcão (1996:10) responde parafraseando a AHC dizendo: porque ela assimilou “elementos de outra cultura, mais vizinha ou mais distante, ou porque a etnia a que corresponde recebe infiltração de outra etnia ou é por outra conquistada”.

Morales (2014:7) a questiona definindo-a como de caráter reducionista visto ter-se ligado a conceitos paradigmáticos como migracionismo e difusionismo, diz que a AHC deu mais “destaque aos artefatos, em detrimento dos povos que os produziram”. Porém, como se

considerou é difícil fugir do reducionismo, sobretudo quando, a semelhança da AHC nos prendemos a uma única possibilidade explicativa do fenômeno constatado buscando, assim, limitar a complexidade presente no sítio arqueológico a uma e quando muito duas possibilidades teóricas.

Independente do entendimento que o examinador tenha considera-se a AHC como uma ascensão nas pesquisas em arqueologia. Ora, ela dominou o cenário dos estudos arqueológicos do século XIX até metade do século XX tanto na Europa quanto nos Estados Unidos (REIS, 2003), portanto, é impossível que tal hegemonia não se deva ao progresso que tal viés representou para a pesquisa arqueológica. Desatrelado de qualquer compromisso *a priori* entende-se que a AHC foi e é de salutar importância para a Arqueologia concedendo a ela não somente a boa parte metodológica que ainda persiste no campo e no laboratório, mas, também, um léxico próprio que veio distinguir a ciência Arqueológica das outras vertentes do conhecimento⁶.

3.2 PROCESSUALISMO

Aborda-se a partir deste ponto o que seja a corrente ou viés teórico processualista dentro dos estudos arqueológicos. O Processualismo⁷ – ou Nova Arqueologia – se originou nas universidades de Michigan e Chicago e tem na pessoa de Lewis Roberts Binford (1930 -) seu principal precursor (FONTOURA, 210:1; REIS, 2003:84). Porém, há autores que mesmo reconhecendo a influência de Binford para a escola processualista, sustentam que Joseph Caldwell tenha sido àquele que deu os primeiros passos para a formação da base teórica da AP (SENE; SEDA, 2017:1).

Costa (2013) informa-nos que a conceituação processualismo procede da Inglaterra e Nova Arqueologia da América. Na Inglaterra os precursores das ideias Processualistas foram Clarke e Refrew (SOLTYS, 2010). Eles não foram simpáticos à conceituação “Nova Arqueologia” dada pelos Norte Americanos a essa nova corrente de pensamento, não o foram porque segundo Soltys (2010) eles entendiam que era complicado propor o termo Nova Arqueologia, assegurando que boa parte do que estava sendo feito já vinha sendo uma prática.

Questões semânticas a parte, entremos na discussão do que seja esta corrente munindo-nos da visão geral que Costa (2013) oferece sobre ela quando diz que sua base

⁶ No apêndice 1 apresentaremos quadro que explique sinteticamente os detalhes teóricos aqui delineados

⁷ A partir de agora identificaremos a Arqueologia Processual pela sigla AP.

principal é procurar por leis gerais ou regularidades no comportamento humano, de que a adaptação ao meio em qualquer época ou lugar sempre foi o fator preponderante de mudanças nas sociedades, de que sua inquietação principal é a preocupação com uma arqueologia de viés mais científico e mais positivista possível, que almeja descobrir como a materialidade se comporta sistematicamente de cultura para cultura, diferente dos histórico-culturalistas.

Considerando-se que o propósito principal da AP é ensejar uma pesquisa que consiga discriminar leis transculturais de comportamento humano, ela parte “do pressuposto que os homens maximizam os resultados e minimizam os custos, em qualquer época e lugar” (FUNARI, 2005:2). No entanto, é preciso remontar as palavras de Sene e Seda (2017:5) quando dizem que “não podemos pensar na *New Archaeology* enquanto uma corrente teórica que se encerra em si,” para os autores citados “o corpo teórico do processualismo continua a ser redefinido na medida em que os pesquisadores-fundadores aperfeiçoam-se, descartando os pressupostos teóricos incoerentes”. Diante do exposto exige-se de nós um grande esforço no sentido de podermos traduzir em poucas linhas o que seja esta corrente, bem como tornar inteligível o conjunto de princípios fundamentais que a caracterizam, até porque, como pontuam os supracitados estudiosos a AP continua se redefinindo mesmo depois de seus quarenta e sete anos de inauguração, por isso Johnson (2000:38, tradução nossa) assevera dizendo que “uma coisa é certa: a Nova Arqueologia já não é nova”, ele a define como:

“[...] una escuela de pensamiento que barrió a lo largo y ancho de la arqueología anglo-americana em los años sesenta y setenta . Em de ser contemplada em el marco de corrientes similares de pensamiento em otras disciplinas, em particular la Nueva Geografía.” (JOHNSON, 2000:38)

Na definição dada por Johnson o caráter inclusivista de teorias afins vindas de outras áreas do conhecimento é reiterado. Johnson (2000) informa-nos que supracitada corrente não foi de caráter dogmático uníssono em torno de suas crenças e teorias, por mais que possuísse certo número de ideias e valores básicos que denominassem o grupo. Surpreende-nos o fato de se atrelar ao derredor da AP “[...] um grupo diverso de arqueólogos com diferentes ideias e pensamentos” (JOHNSON, 2000:38, tradução nossa). Isto posto tentar-se-á oferecer os pressupostos básicos como referendados acima.

Dentre as características comuns que permeiam a AP está à insatisfação com o tipo de arqueologia que vinha sendo realizada pela AHC, esta insatisfação foi percebida na máxima “devemos ser mais científicos e mais antropológicos” (JOHNSON, 2000:38, tradução nossa). Dizendo-se pertencer ao campo da antropologia (SENE E SEDA, 2017:1) a AP tem como premissa básica o entendimento de que “há fortes regularidades no comportamento

humano, desta maneira, ao invés de se querer explicar as diferenças – ‘*como fazia a AHC*’ – devia-se focar as similitudes culturais,” (BELLELLI, 2001:144, tradução nossa) assim as continuidades são sustentadas em oposição clara ao difusionismo e migracionismo da AHC.

Baseando-se nas explicações de Bellelli observa-se que para a AP há evidências arqueológicas suficientes para nos fornecer informações sociais e econômicas dos povos pretéritos, ao contrário do que vinha sendo dito pela corrente antecessora, portanto, para “desenterrar” tais informações segundo a AP precisava-se apenas de um método adequado de pesquisa que neste caso seria o hipotético-dedutivo, emprestando-se, conseqüentemente, os conceitos da filosofia e da ciência alinhando-se mais consistentemente com o Neo-Positivismo de Carl Hempel (REIS, 2003). Acrescente-se, ainda, a informação de que a AP também fez uso dos argumentos filosóficos do Naturalismo os quais não fazem diferença entre seres humanos e entidades físicas e biológicas, de que há isomorfismos⁸ entre as ciências sociais e naturais, de que as ciências da natureza equipam a ciência social com um modelo de procedimentos, de que o conhecimento mais certo é o matemático e determinista no conceito (SOLTYS, 2010). Escute-se o que Reis pontua sobre temática ora em debate:

“A teorização da AP é um conjunto de referenciais oriundos da epistemologia, do neo-evolucionismo, de Filosofia da Ciência, da Teoria dos Sistemas, do Positivismo Lógico, entre outros. Deste último, apoiou-se basicamente nas ideias de Carl Hempel visando a aplicar na arqueologia o modelo de confirmação hipotético-dedutivo e o modelo de explicação nomológico-dedutivo. Rejeitou as generalizações indutivas que eram fomentadas pela Arqueologia Histórico-Cultural.” (REIS, 2003, p. 84).

Por nomológico-dedutivo entenda-se o estudo e busca de leis naturais que presidem ou governam as mudanças culturais dos povos e sociedades (HOUAISS, 2001), aliás, eis à razão para tanto esforço depreendido no sentido de “empenhar-se acirradamente na busca de teorias que trouxessem fundamentos para uma Arqueologia dita científica” (REIS, 2003:84).

Lima (2011:14) não exagera ao definir a AP como um viés que olha para “a cultura material como resposta adaptativa”, bem nos moldes do Evolucionismo Darwinista, o que é de se esperar visto que liderada por Lewis Binford que sofreu grande influência de Leslie White (1959) passaram a entender a cultura como “um meio ‘extrassomático de adaptação humana ao ambiente’ com ela assumindo o lugar da evolução biológica para tornar os indivíduos mais aptos à sobrevivência” (LIMA, 2011:14). Assim vista à cultura material não vai além da adaptação biológica ao meio, sendo, assim, reduzida a uma correspondente da

⁸ Correspondência biunívoca entre as ciências (HOUAISS, 2001).

evolução biológica aplicada ao desenvolvimento dos povos como sociedades mais complexas ou menos complexas, estando sujeitas, tais variações, às variantes advindas de diversas forças externas. Lima (2011:14) expressa-se enunciando que “a luz dessa perspectiva, a cultura material resultaria dessa adaptação não biológica ao meio, realizada fora do corpo (extrassomática) e, portanto, cultural, sendo entendida como uma resposta às pressões de diversas naturezas sofridas pelos grupos humanos”.

Deste modo a cultura passou a ser sinônimo de um sistema que nas palavras de Lima (2011:14) seria o resultado de um “conjunto de elementos interdependentes – os subsistemas – em interação solidária, sendo possível compreender um deles por meio de suas relações funcionais com os demais.” Conseqüentemente, na Teoria Geral dos Sistemas a AP encontrou um sustentáculo efficientíssimo para as suas explanações.

Sene e Seda (2017:1) referem-se a supracitado pilar como “uma estrutura sistêmica de referência,”. Para Renfrew (1984 apud SENE E SEDA, 2017:2) Binford definiu seu modo sistêmico com base em três componentes (subsistemas): “o técnico-econômico, o social e o ideológico”.

Renfrew (apud Sene e Seda, 2017:2), de contrapartida, acrescenta cinco subsistemas, quais sejam: o de “subsistência, o tecnológico, o social, o simbólico e o de comunicação e comércio”. A máxima para esta escola é que se compreenda que é nas interdependências dos subsistemas com os sistemas que se encontra a ‘vara de condão’ do processo de desenvolvimento cultural.

Soltys (2010) explica a dinâmica em torno destes artefatos dizendo que primeiramente existem os de tipo “tecnômicos” – equivalente a técnico-econômico, - este deve ser separado dos outros em razão de fazer parte do contexto funcional primário, já os artefatos “sóciotécnicos,” – equivalentes ao componente social – residem nos subsistemas sociais, dizem respeito ao meio extrasomático de envolvimento entre pessoas as quais produzem uma sociedade unida com capacidade de se manter produzindo a si mesma manipulando tecnologia. A terceira grande classe de elementos frequentemente recuperados pelos arqueólogos são os denominados artefatos ideotécnicos, estes seriam equivalentes aos de cunho ideológico, entretanto, para a AP não há como chegar a estas ideologias em virtude de se encontrarem no campo do pensamento e, deste modo, constituírem-se num campo não possível de ser empiricamente estudado.

Lima (1991 apud Sene e Leda, 2017:2) comenta sobre a perspectiva holística dizendo que ela “enfoca o homem (sua biologia e seu comportamento cultural) e seu ambiente específico, de forma mutuamente dinâmica, [...] o homem e seu meio compõem um sistema organizado que inclui outras populações e ainda elementos inorgânicos”. Ressalta-se que o sistema holístico foge da originalidade como proposta por Binford (SENA E SEDA, 2017:2) em razão de que as mudanças ocorridas de acordo com a sua propositura revelam-se dentro de um modelo linear, – ambiente influencia cultura – já no sistema holístico as mudanças fogem ao conceito de linearidade encontrando seu significado num sistema de mudanças de caráter mais circular. Johnson explica que este modelo advém de David Clark (1976) que advoga da seguinte forma as transformações culturais:

“a soma dos efeitos de outros sistemas culturais relacionados mediante coações culturais, linhas e pontos com o entorno do meio ambiente mediante interações, [...] para completar o sistema o funcionamento de todos os componentes devem oscilar aleatoriamente ao longo das trajetórias de inter-relações”. (JOHNSON, 2000:41, tradução nossa)

Quanto aos temas mais escritos pelos teóricos da AP Johnson os enumera em:

“[...] ênfase na evolução; [...] ênfase na teoria dos sistemas; [...] a cultura como resultado adaptativo em relação com seu entorno; [...] insistência no enfoque científico; [...] insistência na noção de progresso cultural, concepção chave para a Arqueologia Processualista; [...] uma tendência a ser mais explícita com respeito às influências recebidas e seus próprios prejuízos; [...] a compreensão da ideia de variabilidade; [...]”. (JOHNSON, 2000:40 - 41, tradução nossa)

Diante do exposto entende-se a AP como um modelo teórico que rejeitou o modelo científico como proposto pela AHC. De viés neo-evolucionista e neo-positivista, tem no método hipotético-dedutivo sua práxis teórica que, ao contrário do que se imagina, possui uma certa tendência inclusivista dentro da sua corrente o que não lhe permitiu andar por um caminho homogêneo. Pode ser definida como um viés de pesquisa de caráter interdisciplinar em razão de fazer uso de várias ferramentas e técnicas de outras áreas do estudo científico.

“[...] a abordagem processual tem como característica investigativa a interdisciplinaridade com outras ciências, como a biologia, a zoologia, a física, a estatística, a geografia, ou seja, utiliza os estudos feitos por disciplinas afins da Arqueologia para contribuir com a interpretação final do objeto arqueológico”. (BACO; FACCIO; LUZ; 2009:219)

O foco principal da AP é a explicação dos processos culturais no registro arqueológico, a busca por leis evolutivas que as expliquem, resultando na cultura como um sistema adaptativo das variáveis ambientais. De que tais leis são resultado dos processos de formação cultural que vão do descarte de ferramentas desgastadas; da deposição dos mortos e abandono de itens utilizáveis que, *a posteriori*, entrando em interação com o meio ambiente

darão origem ao contexto arqueológico. Para a AP quando estes artigos manufaturados ou mortos depositados são exumados eles voltam a interagir com o homem inserindo-se, novamente, no contexto sistêmico. O contexto sistêmico, portanto, passa a se constituir da criação dos artefatos, que liga o arqueólogo ao criador original, da deposição dos artefatos, incluindo o enterramento dos mortos, que liga o arqueólogo ao autor usuário, e da retirada dos artefatos, que torna o arqueólogo o leitor ou interprete da cultura escavada.

A AP rejeitou a tríade da AHC, - invenção, difusão e migração – buscando fundamentação na evolução cultural, tendo encontrado na Teoria Geral dos Sistemas seu principal suporte teórico, conseguintemente, interpreta a tecnologia presente nos artefatos como produtos da interação homem ambiente, dando origem à organização social. Qualquer mudança neste complexo é visto de forma exógena como fruto da pressão ambiental ou aumento demográfico dentro de um ambiente que determina o comportamento do indivíduo. Por fim, não há acesso a essa cultura, somente aos objetos que produziu e que estão presentes no sítio arqueológico, sem deixar de levar em consideração o seu entorno que pode ter sido possivelmente transformado por meio dessa interação.

Ribeiro sumariza da seguinte maneira as principais mudanças produzidas pela AP.

“[...] 1. Passa de uma disciplina histórica, para uma ciência experimental em que são elaborados modelos e hipóteses contrastáveis com a realidade; 2. De uma expressão literária, passa a uma linguagem simbólica, geralmente matemática e estatística que é mais internacional e interdisciplinar; 3. De uma disciplina que visava o singular e o único, transforma-se em um campo que tem o estabelecimento de generalizações, mediante a classificação e tipologia morfológica ou mediante a elaboração de modelos de comportamento; 4. Propõe a explicação do registro arqueológico ao invés da demasiada descrição e interpretação histórico-cultural; 5. Utiliza a concepção de ciência dedutivista ao invés do indutivismo.” (RIBEIRO, 2010:32)

Para Ribeiro (2010) tais mudanças impactaram não somente a prática de campo no construir arqueológico, como também o terreno teórico, ora, sabe-se que é impossível desassociar o fazer do crer como se tem evidenciado nesta pesquisa.

Quanto aos resultados que este novo fazer arqueológico produziu fica difícil mensurar, entretanto, o seguinte resumo pode ser apresentado: maior ênfase em projetos de campo; novo foco etnoarqueológico junto a comunidades contemporâneas; fomentação de novas discussões voltadas às perspectivas oferecidas pelo estudo da cultura material com a finalidade de compreender suas relações com o comportamento humano; esforços em torno de análises do fenômeno de interação cultural com vistas a realçar as relações intersociais na definição dos sistemas, dos assentamentos, dos estudos das mudanças culturais e do enriquecimento dos estudos da Arqueologia Histórica (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2000). Para

Robrahn-González (2000:23) o “grande mérito da *New Archaeology* foi tirar o foco dos trabalhos de uma arqueologia descritiva para uma arqueologia explicativa, bem como se voltar ao estudo de processos humanos de desenvolvimento, envolvendo análises de mudança e continuidade cultural”.

A AP recebeu várias críticas, dentre estas se pontua a que têm causado mais incômodo, ou seja, de que não tenha explorado o aspecto simbólico presente em alguns tipos de artefatos. Alarcão (1996:20-25) enumera uma defesa da AP nestes termos: A Arqueologia Processual ignorou o simbólico? Que são os itens sóciotécnicos de Binford se não símbolos. Para o autor assinalado a AP no seu exame da dimensão simbólica procurou descobrir como os signos eram usados dividindo os tais artefatos em dois planos, o social, - que envolve a relação com os homens – e o mântico, que se refere à relação dos homens com suas divindades. Alarcão (196:24) afirma que a “AP na sua versão cognitiva pretende analisar os símbolos no plano sobrenatural”, na relação dos homens com os seus deuses, enquanto o Pós-processualismo se prende em analisar a relação no plano social. Conseqüentemente, para consubstanciar seu argumento ele faz menção do trabalho realizado por Binford em torno dos instrumentos de cobre utilizados pelos índios da região dos Grandes Lagos norte-americanos a partir de 2.000 a.C. Alarcão (1996:28) pergunta se “quando Binford toma os artefatos de cobre dos índios da região dos Grandes Lagos como insígnias de chefes, não está a desvendá-lhe o significado? A dizer que esses artefatos simbolizavam ou significavam o poder?”

Houve dissidências e cisões entre os próprios processualistas ocorridos nos corredores da Universidade do Arizona sob a liderança de Michael Schiffer de onde se originou a Arqueologia Comportamental. Houve contestações em torno da identificação dos arqueólogos com os antropólogos, da busca de identificações referenciais com a biologia evolutiva, dos pressupostos e bases filosóficas e do método e suas aplicações nas pesquisas⁹.

3.3 PÓS – PROCESSUALISMO

Insatisfação!

Esta palavra conota muito bem os contornos que geram uma nova maneira de pensar. Entende-se que os insatisfeitos são, geralmente, pessoas que atribuíram muita expectativa em torno de algo que abraçaram, mas que, no final, os decepcionaram. Em certo sentido tal entendimento parece denotar certo círculo vicioso em torno do desenvolvimento científico, se

⁹ No anexo 2 você encontrará a síntese dos principais aportes do processualismo em forma de quadro.

assim entendido este tem sido um vício que não devemos contestar, até porque, *pelos seus frutos os conhecereis*, e apesar do que se pense em torno da Arqueologia Pós – Processual¹⁰ entende-se que ela fomentou os estudos arqueológicos desde a sua concepção adubando-o com novas perspectivas teóricas que quebraram um pouco a hegemonia da AP (LIMA, 2002:10). E Assim surgem as Arqueologias...

Johnson pondera nos seguintes termos sobre o despontar da APP.

“A finales de los años setenta y principios de los años ochenta em número creciente de arqueólogos mostraba insatisfacción por la orientación que tornaba la arqueología. Esta gente sentía que la Nueva Arqueología no daba para mucho más, intelectualmente hablando. Estos arqueólogos estaban especialmente preocupados por tres cosas: por la necesidad de plantear factores cognitivos, por las dificultades inherentes a la epistemología positivista y por los problemas encontrados em el desarrollo de la teoría de alcance medio.” (JOHNSON, 2009:131)

Repare-se que Johnson alinha-se com os termos usados no parágrafo inicial quando fala de *arqueólogos insatisfeitos* com a corrente teórica que haviam se estreitado, especificamente com a Nova Arqueologia e sua *epistemologia positivista* e os problemas inerentes presentes na *teoria do alcance médio*, portanto, desejavam algo mais, ou seja, implementar fatores cognitivos em sua análise interpretativa da cultura material. Soltys (2010:38) diz que “muitos arqueólogos, descontentes com as limitações da arqueologia processualista ou científica, acabaram por tentar encontrar alternativas. Tentaram adaptar o estudo da maneira de pensar das pessoas sem sair de seu marco referencial”.

Robrahn-González (2000:23) assim se expressa sobre esta temática.

Estudos pós-modernos e propostas vindas, inicialmente, de estudos arquitetônicos e literários e, em seguida, da filosofia da ciência (com base na filosofia antipositivista de Hegel e Kant), levaram a uma grande diversificação nas abordagens arqueológicas, já a partir da década de 70. *A desilusão com as correntes teóricas da disciplina constituiu campo fértil para novas propostas, como reação da escola de Cambridge ao processualismo americano*. Essa reação foi inicialmente reunida no que se denominou de Escola Pós-Processual (em contraponto à arqueologia processual defendida pela *New Archaeology*) ou como, mais atualmente, Shanks e Tilley (1987, 1989) e Hodder (1985, 1991^a e b) preferem denominar de “arqueologias interpretativas”. (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2000:23)

Funari (2005) é outro que ressalta sobre as insatisfações e críticas “contundentes” que foram dirigidas ao processualismo em torno da “idéia de verdade científica” em meados da década de 1980 como fruto da onda pós-moderna que se fazia difundir em torno das ciências humanas, tais críticas levaram ao entendimento de que as ciências assim como tantos outros discursos são fruto de contextos sociais específicos desmontando-se, assim, a lógica do

¹⁰ A partir de agora APP.

processualismo que repousava na máxima, segundo seus opositores, de que os homens foram sempre e em toda parte capitalistas. Funari indica Ian Hodder como um dos descontentes que incluiu a dimensão simbólica nos estudos arqueológicos, mas, aponta Michael Shanks e Christopher Tilley como aqueles que marcaram o processo de *reconstrução* da Arqueologia.

Descontentamentos a parte, percebe-se nas falas reproduzidas que o pós-modernismo teve um impacto avassalador sobre o modo como o conhecimento científico vinha sendo produzido, sobretudo nas ciências sociais, causando um total deslanche no cientificismo positivista uma vez que para o pós-modernismo seu principal “paradigma [...] é caracterizado pela multiplicidade, pelo relativismo e pelo desconstrucionismo” (RIBEIRO, 2010:42). Por que um total deslanche? Porque o pós – modernismo como corrente teórica que postula os três principais paradigmas acima enumerados trás consigo toda uma série de hipóteses teóricas em torno da pluralidade do que seja verdade, rejeitando o conceito da modernidade de que existam verdades absolutas; a morte da racionalidade no sentido como defendido pela modernidade de que a verdade podia ser abstraída através da verdade racional, o abandona da neutralidade epistemológica, para os pós – modernos é impossível fazer uma análise totalmente neutra, isenta de preconceitos e pressupostos, a defesa do inclusivismo num sentido de uma sociedade pluralista, onde exista a convivência amigável entre visões diferentes e opostas e, por fim, o conceito do que seja politicamente correto, ou seja, a opinião e as convicções de todos têm de ser respeitadas (LOPES, 2004).

Tais pressuposições remontam ao final da década de sessenta e início da década de setenta quando vieses de caráter pós-modernistas começam a eclodir, trazendo consigo abordagens de múltiplos enfoques, incorporando uma variedade de influências que incluem o marxismo, o estruturalismo, o pluralismo, a hermenêutica com sua ênfase desconstrucionista, a análise literária, o pós-positivismo, a história e de modo especial o feminismo (SENE; SEDA, 2017 e SOLTYS, 2010), na verdade, um verdadeiro “saco de gatos” (RIBEIRO, 2010; REIS, 2003). Apesar desta multiplicidade teórica ela tem na teoria da ação de Giddens e na teoria da cultura material dois vieses de longo alcance (LARCÃO, 1997).

Seu marco inicial retrocede a uma conferência realizada em Cambridge, Inglaterra, onde Ian Hodder proferiu uma palestra que trazia o tema “Arqueologia simbólica e estrutural” (REIS, 2003:71), tornando-se, conseqüentemente, seu principal porta voz na Inglaterra e Mark Leone nos Estados Unidos (SENE E SEDA, 2017:5). Entende-se, portanto, que a APP é a representante do modo de pensar pós – moderno no fazer ciência na Arqueologia (RIBEIRO,

2004), despontando a partir da década de oitenta (JOHNSON, 2009) tendo como uma de suas máximas o princípio de que a cultura material deve ser contemplada como algo que carrega significado, de que ela é mais do que invenções como respostas adaptativas ao entorno. No que se refere à indústria ceramista e aos tipos de habitação esta corrente propunha: “Si queríamos entender por qué esta cerámica tenía tal decoración o por qué este habitáculo tenía esta forma, teníamos que indagar em los significados culturales que se escondían detrás de su manufactura y uso” (JOHNSON, 2009:133).

A semelhança do que disse sobre a Nova Arqueologia Johnson (2004) entende que a conceituação de APP não define o que seja esta corrente, pois ela diz respeito a uma grande diversidade de pontos de vista e tradições. Para ele os teóricos desta escola prefeririam Arqueologia Interpretativa. O termo só é usado a partir dos anos oitenta carregando consigo críticas ferrenhas a duas maneiras de pensar do processualismo: “A explicação da evolução social em termos da adaptação ao ambiente e a transformação cultural dos sistemas sociais através dos tempos” (REIS, 2003:70-71). Symansk (2009) e Alarcão (1997) referem-se a ela como Arqueologia Contextual podendo esta ser considerada como um desdobramento das idéias de Ian Hodder, Symansk entende a Arqueologia Contextual como um estudo de arqueologia pós-processual, sendo, portanto, uma de suas filhas. Já Soltys (2010) conceitua a APP como Arqueologia Interpretativa, outros, Arqueologia Radical (GONZALO, 1992) e, outros, Arqueologia Crítica (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2000). Esta polissemia em torno da APP reflete muito bem as influências variadas que recebeu, Robrahn-González (2000:23) afirma que entre “as diferentes influências recebidas por essa corrente podemos citar o neomarxismo, o pós-positivismo e a hermenêutica”.

Parece-me que a melhor forma de entendermos a APP diz respeito ao ponto de vista como exposto por Lima ao considera-la como uma explosão que possibilitou em mil e uma possibilidades novas, fascinantes e iluminadoras de se fazer arqueologia (LIMA, 2002). Dentre essas mil e uma possibilidades ela enumera.

“[...] a Arqueologia da Desigualdade, a Arqueologia da Etnicidade, a Arqueologia de Gênero, a Arqueologia do Capitalismo, a Arqueologia da Riqueza, a Arqueologia da Ideologia, entre muitas outras, perscrutando domínios até então jamais percorridos pelos arqueólogos.” (LIMA, 2002, p.10)

Em outro lugar Lima (2011) define a APP como um viés que integra em sua leitura do registro arqueológico a necessidade de incorporação dos aspectos simbólicos e cognitivos do estudo da cultura material. Tendo em vista a definição como acima exposta compreende-se que a APP expande suas possibilidades analíticas entrando no até então inexplorado mundo do

campo da dimensão sensorial das coisas materiais, isto é, o que o sentido comunica – que engloba o conjunto do que é visível – transforma-se num conjunto de conhecimentos da consciência que permitem a valorização de atributos sensoriais como *cor, textura, som, gosto, cheiro* que, se conveniente, e as condições possibilitarem, devem ser objetos de abstração arqueológica. Lima informa que supracitada perspectiva baseia-se na fenomenologia e teoria social.

Rezende conota entender que a introdução dos aspectos simbólicos na leitura da cultura material como assinalado por Lima deu-se em razão da mudança de paradigma da APP em relação a AP (REZENDE, 2012:16): “se a arqueologia processual via nas mudanças culturais as respostas às mudanças externas, a corrente pós-processual inverte esse foco, transportando para o interior da sociedade o estopim dos mecanismos de transformação.” Bellelli (2001:145) ao explicar sobre as características da APP quanto ao modo dela julgar a cultura material diz que para ela: “*Es necesario estudiar todos los aspectos de em cultura arqueológica para poder comprender el significado de las partes que lo forman. La evidencia arqueológica debe verse dentro de su contexto social amplio y no sólo en relación em problemas de subsistencia y tecnología*”.

Johnson (2009) reconhece a dificuldade do que seja definir esta escola bem como caracterizar os seus pensamentos, entretanto, ele se aventura a tal desafio estando consciente de que os oito pontos chaves que ele enumerará serão questionados.

“[...] 1. Contestamos o ponto de vista positivista sobre a ciência e a separação entre teoria e o resultado da investigação; [...] 2. A interpretação é sempre hermenêutica, ou seja, quando os arqueólogos interpretam os objetos o fazem imprimindo significados a esses objetos que eles supõe serem os mesmos dos povos antigos que os haviam produzido; [...] 3. Contestamos a posição entre material e real; [...] 4. Há que se indagar sobre os pensamentos e valores do passado; [...] 5. O indivíduo atua, neste sentido, não há como entender a ação e o rastro arqueológico do produto sem: a) entender o sistema cultural das normas, b) e entender sua postura ante as normas; 6. [...] A cultura material é igual a um texto, ou seja, quando nos perguntamos como podemos entender os significados da cultura material? Da forma que compreendemos um texto escrito; 7. [...] A importância do contexto. O contexto é o elemento central da disciplina arqueológica; 8. [...] Os significados que produzimos se situam sempre no presente político e levam logicamente, ressonâncias políticas.” (tradução nossa)

Symanski (2000) diz que ela é caracteriza por uma série de premissas e a que ocupa o primeiro lugar é a de que “a cultura material é considerada não como um reflexo passivo de estruturas sociais e econômicas, mas como um elemento ativo, utilizado para produzir e reproduzir relações sociais”. Outras faces que Symanski ressalta é a de que a APP segue “uma tradição hermenêutica e idealista” onde considera o registro arqueológico como “um texto” a

ser lido. Supracitado autor considera que no plano teórico os arqueólogos que mais assimilaram as idéias de Hodder no Brasil foram “os arqueólogos históricos brasileiros” (SYMANSKI, 2000:7). A semelhança dos outros autores já aqui referenciados Symanski salienta as inúmeras leituras provocadas pela APP na Arqueologia que como já vimos ensejou a Arqueologia do Capitalismo que, conseqüentemente, possibilitou outras inúmeras leituras.

“[...] Desenvolveram-se nos últimos vinte anos uma série de novas abordagens pautadas em perspectivas críticas e simbólicas, explorando temáticas diversificadas, tais como comportamento de consumo, relações de poder, gênero, construção de identidades, e o papel estruturador do ambiente construído e das paisagens. O que essas abordagens têm em comum é a preocupação em entender os contextos locais em função de uma perspectiva macro, considerando as relações desses contextos com as forças mais amplas que moldaram o mundo moderno. Essas abordagens podem ser rotuladas como arqueologias do capitalismo”. (SYMANSKI, 2000:7 – 8)

Costa (2013) oferece um resumo interessante sobre a APP preso as suas principais nuances. Ele começa informando-nos que a terminologia “pós-processualismo” é reducionista, que a principal motivação da APP é o estudo do pensamento e não só da cultura material, que dentre seus ícones Ian Hodder, Michael Schanks e Christopher estão entre os principais expoentes, que suas correntes teóricas derivam de diversos segmentos contrários ao processualismo, que ela bebeu de pensadores sociais como Karl Max, Michael Foucault, Bourdieu, que seus principais instrumentos teóricos são a hermenêutica e a fenomenologia, e de que suas várias abordagens giram em torno da ideologia, gênero, identidade e poder.

Julga-se que Reis (2003:69-78) conseguiu a proeza de oferecer um quadro interpretativo da corrente pós – processual que seja ao mesmo tempo conciso e, ao julgar, rigoroso, que consegue abranger muitas de suas propriedades mesmo que sua argumentação, por vezes, pareça contradizer.

A primeira delas é que não existe consenso em torno do que possa realmente definir a APP, no entanto, ele a entende como pós, crítica a anterior e que ao mesmo tempo constrói sobre ela e diverge dela, supõe diversidade e falta de consenso caracterizando-se pelo debate e incerteza. De que seu principal teórico é Ian Hodder e de que suas principais tendências transitam entre hiperrelativistas a moderados que navegam sobre teorias advindas da sociologia, semiótica, estruturalismo, teoria crítica, feminismo, filosofia, marxismo, etc.

Que dentre os seus pontos comuns em meio à tamanha diversidade teórica estão à dimensão do significado simbólico, o resgate dos significados culturais de cada sociedade, a insistência na diversidade de estudos em relação aos povos do passado reintroduzindo discussões de caráter histórico e críticas aos pontos fundamentais do processualismo no que

alude a sua visão de “evolução social em termos de adaptação ao ambiente e a transformação estrutural dos sistemas sociais através dos tempos”.

Para a APP o conhecimento arqueológico é subjetivo e não possibilitam descobertas de leis, os artefatos são textos, os discursos arqueológicos estilos de escritas determinados por diferentes grupos e que os vestígios arqueológicos não existem independentes de suas interpretações concebidas, conseqüentemente, insiste de que não há neutralidade na interpretação do arqueólogo e que ele interpreta de acordo com suas crenças.

Reis sugere está convencido que não há um corpo teórico uniforme e nem uma metodologia específica oferecida pela APP, entretanto, diz que na assertiva de que “toda a produção de conhecimento é estrategicamente empregada em práticas sociais e que esta produção vem sempre acompanhada de componentes de dúvida e da autocrítica” está sua única concordância (REIS, 2003:71). Posteriormente, ele nos surpreende ao reunir alguns aportes teóricos comuns da APP: “[...] 1. Recolocar a historicidade ao nível da ação humana; 2. Reordenar a epistemologia na arqueologia entendendo que a cultura material tem papel ativo na constituição do significado cultural; e que 3. Suas propostas teóricas são fruto de vários ramos do conhecimento” (REIS, 2003:73 – 74).

No que volve as críticas Reis apresenta a mais usada pela AP que considera a APP “eivada de amplo relativismo” (REIS, 2003, p. 74). Lima pontua que dentre as várias críticas formuladas pela AP as mais contundentes são de que suas formas experimentais de “trabalho de campo estão produzindo resultados altamente questionáveis, de que as interpretações são arbitrárias e imaginosas, e seus textos hiper-interpretativos;” de que suas “ilustrações são artísticas e o estilo, poético, quando não é esperado que os arqueólogos sejam proponentes artistas” (LIMA, 2011:21). Fleming (2006:275 apud Lima, 2011:21) acrescenta as críticas ao insistir que “a literatura arqueológica, em princípio, é produzida para transmitir informação, estabelecendo a relação entre evidência e interpretação. Contudo, quanto mais imaginoso é um texto, mais frouxa seria a sua conexão com os dados e com os argumentos interpretativos.”

Symanski (2009) num artigo onde propõe discutir a respeito da Arqueologia Histórica no Brasil reproduzindo uma revisão dos últimos vinte anos, apesar de conotar simpatia pela APP critica-a ao dizer que *a rejeição de princípios metodológicos robustos, relacionados à coleta e análise de material arqueológico, levou a um vácuo que teve conseqüências negativas para o desenvolvimento da disciplina da Arqueologia Histórica no*

Brasil. Ao se referir as vertentes pós-modernas que focalizando o discurso tem considerado a própria produção arqueológica como uma representação, sendo, no entendimento de Symanski (2009:17) algo desastroso, que inviabiliza o potencial informativo da cultura arqueológica, intumescido como que por uma neurose “posto que, se todas as interpretações são subjetivas e têm por propósito principal dar poder a grupos (ou nações) hegemônicos ou subordinados, os dados empíricos tornam-se insignificantes”. O único resultado que Symanski vê neste tipo de postura é reduzir a arqueologia apenas em retórica e reprodução de idéias.

No que diz respeito aos avanços que a APP introduziu na pesquisa arqueológica considera-se salutar reproduzir as palavras de Lima:

“Mesmo assim, a penetração da fenomenologia nos estudos de cultura material, especialmente a de Merleau-Ponty (1999), um dos pensadores que mais influência vem exercendo sobre os que estão buscando essa perspectiva, segue uma trajetória ascendente. É possível prever a sua considerável expansão nos próximos anos, não apenas no domínio da paisagem e do corpo, mas também no dos artefatos, pouco contemplados até agora.” (LIMA, 2011:21)

Lima (2002) entende que de modo geral a APP adubou a arqueologia, principalmente a Arqueologia Histórica fertilizando-a com os princípios da teoria crítica, de que pela primeira vez a arqueologia saiu do descompasso em relação a sua área, tornando-se capaz de acompanhar as reflexões de seu tempo, o que não se tinha observado no que toca ao advento da AP.

Em conclusão faz-se referência a Alarcão (1996) o qual, a nossa maneira de ver, deixa a impressão na introdução de sua obra que não nutre uma concepção elevada em torno da APP, fazendo uso das falas de alguns de seus mais importantes ícones conota concluir que se trata de uma corrente que tem fomentado mais fissuras do que desenvolvimentos para a Arqueologia, no entanto, é de estranhar se supracitado entendimento em torno das palavras de Alarcão expressarem a verdade, é de estranhar porque destrói sua empreitada científica pretendida em seu livro¹¹.

3.4 E DAÍ? COMO VÃO AS PESQUISAS? A COMPLEMENTARIEDADE TEÓRICA EM ARQUEOLOGIA

Neste ponto mostraremos como alguns pesquisadores têm se comportado em derredor da conexão que pode haver entre a AHC, a AP e a APP.

¹¹ No apêndice 3 você encontra o quadro que sintetiza os principais pontos teóricos e metodológicos da APP.

A intenção é mostrar que entre supracitados vieses, por mais que sejam divergentes em alguns aspectos, existem pontos que podem convergir para uma análise mais profunda da realidade arqueológica.

Valera (2008) mostra-nos a impossibilidade de se manter fiel a uma *pureza teórica* no sentido de que uma determinada teoria possa responder todas as indagações em referência à pesquisa, ao aplicar esta realidade à arqueologia ele afirma:

“[...] nem sempre é fácil encontrar o histórico – culturalista, o funcionalista, o materialista, o estruturalista ou o contextualista no seu estado de pureza teórico, o qual, sendo um “tipo ideal” dificilmente existirá. Não poucas vezes se recorre a ferramentas guardadas em diferentes gavetas, modelos, conceitos ou metodologias, desenvolvidos dentro de distintas correntes teóricas, gerando uma espécie de enquadramentos híbridos e criando, por vezes, a sensação de falta de coerência ou de “lealdade” teórica”. (VALERA, 2008:31)

Posteriormente Valera (2008) critica a intenção de Alarcão (1996) em tentar conciliar as arqueologias, para ele existe um perigo nesta intenção, que seja, reduzir o todo da realidade a uma possibilidade de resposta final e exaustiva da realidade pesquisada, o que se entende como algo impossível.

“Todavia, e de forma simultânea, são as próprias especificidades de cada abordagem, as suas limitações, as sua potencialidades, os seus desenvolvimentos metodológicos e conceptuais particulares, que justificam uma interação entre os grandes programas teóricos no aprofundamento do conhecimento sobre o fenômeno social. Sem dúvida, muitas dessas correntes teóricas, ou pelo menos alguns dos seus aspectos, são compatibilizáveis, na medida em que abordam distintas parcelas ou escalas da realidade social”. (VALERA, 2008:32)

O próprio Alarcão (1993:213) reconhece que sua intenção não foi propor uma conciliação entre as arqueologias, mas, sim, uma complementariedade: “As diversas escolas não se reduzem a uma: complementam-se. Não é unicidade o que eu proponho: é complementariedade, algo bem diferente”. Ele não considera que cada arqueologia ao surgir torne a outra ultrapassada, ele concebe que não devemos tratar estas correntes como estágios progressivos, mas que devemos considerar sua contemporaneidade, conexões e suas inter – relações teóricas e metodológicas.

É como no sentido acima pontuado que se propõe estabelecer um diálogo inter – teórico em arqueologia neste ponto, estando ciente que as visões de cunho mais holístico como proposto por Valera (2008) e Alarcão (1996, 1993) não é algo visto com simpatia por Morin (2005), sua tese de complementariedade teórica em meio à complexidade da realidade é, como ele diz, de caráter mais linear, diferindo de propostas holísticas que ele considera reducionistas.

Ora, é o próprio Morin (2005) que tem nos feito compreender que a realidade sobre a qual a ciência se debruça é muito complexa, composta de vários adendos e que por mais que se tenha obtido grandes avanços do modelo proposto pela ciência há de se avançar para formatos que captem de forma mais engenhosa a engenhosidade do real.

Munidos desta realidade acima pontuada deve-se buscar artifícios que nos permita uma combinação habilidosa que imprima na arqueologia uma leitura parecida com a que se faz nas ciências da natureza, isto é, uma leitura que esteja atenta na diversificação da complexidade e que na mesma medida empenhe-se em construir um aparato teórico metodológico que lhe forneça possibilidades afins, como afins são a realidade a ser estudada em seu recorte.

Alarcão (1996) informa-nos que supracitada intenção já foi exposta por figuras importantes no mundo da arqueologia como Trigger e Renfrew, ele ressalta que o primeiro via como necessário realizar uma síntese das várias posições em confronto e que o segundo cogitava como um de seus propósitos ao escrever uma de suas obras “transpor o fosso entre as diversas arqueologias”.

Johnson (2009) se mostra muito simpático ao princípio como aqui vem sendo exposto, aliás, no prolegômenos de sua obra ele deixa claro que sua visão a respeito das arqueologias é optar por um ponto intermédio entre os extremos teóricos. Para ele as várias correntes interpretativas da arqueologia entram em colisão para mostrar que elas se contradizem e se complementam para produzir distintas interpretações do registro arqueológico e que o estudioso deve ser razoavelmente compreensivo com todas as teorias. Johnson diz ainda que teóricos como Hodder, Renfrew e Bahn são sutis em seus enfoques optando por uma retórica de conciliação entre as várias correntes, o entendimento destes teóricos é que assim como “existe pontos de vista razoáveis em todas as correntes, há, também, opiniões absolutamente marginais” (JOHNSON, 2009:221, tradução nossa).

Johnson mantém uma coerência incrível em torno daquilo que ele externa nos seus prolegômenos durante o decorrer de sua obra, aliás, assim como ele antecipa sua visão de caráter mais inclusivista entre as arqueologias ele o cumpre em seus arremates conclusivos, rompe elogios para a postura de Hodder, Renfrew e Bahn, referindo-se aos últimos como “*verdaderos maestros cuando escogen dónde situar estas opiniones*” (JOHNSON, 2009:222), para ele o marco diferencial em torno de Renfrew e Bahn é sua posição que exalta suas

alianças e minimiza seus oponentes (JOHNSON, 2009:224, tradução nossa). Ele reconhece ser esta a sua posição e a posição do livro que ele acabara de escrever.

Como que por meio de um desabafo Johnson reconhece que “foi sua experiência prática e não a demonstração teórica que lhe dirigiu a atenção de que havia uma fragmentação do método dentro do conjunto da disciplina arqueológica” (JOHNSON, 2009:228, tradução nossa), e que o seu primeiro objetivo foi persuadir os leitores sobre a importância e relevância da teoria, estimular os jovens estudantes a adotar uma atitude conscientemente crítica em torno dos grandes especialistas, de que seu desejo era que os estudantes abrissem as caixas negras em vez de deixá-las intocáveis e que por detrás de suas intenções existe como que uma crença, talvez ingênua, de que as várias opiniões e enfoques é algo essencialmente bom, que a intenção dos diferentes enfoques tende a produzir resultados mais interessantes e ricos no produzir arqueológico.

Lima (2002) está entre as autoras brasileiras que advoga o diálogo entre as abordagens aqui apresentadas, ela externa que do velho Histórico-Culturalismo sobrevive o aparato sustentador da disciplina para a aquisição dos dados empíricos; que da revolucionária Nova Arqueologia o legado mais importante foi à valorização do estudo dos processos sociais e o desenho cuidadoso das estratégias de pesquisa, e que do Pós-Processualismo além das múltiplas possibilidades que esse movimento vem abrindo, sobretudo para a Arqueologia Histórica, torna-se árduo conjecturar seu por vir, mas Lima (2002:18) almeja “uma síntese das melhores contribuições de cada uma dessas perspectivas teóricas, que podem ser complementares e não necessariamente excludentes¹².”

Lima (2011) deduz que a AHC instituiu no fazer arqueológico conceitos e procedimentos analíticos básicos para o entendimento da cultura material, que a AP foi imbatível na geração de métodos, e a APP deu a Arqueologia uma densidade teórica nunca antes alcançada, reposicionando-a no cenário das ciências sociais. Sene e Seda (2017) entendem que o homem não vive isolado do seu tempo, conseqüentemente, é natural que ele afete ou seja afetado pelo momento histórico que está vivendo. Ora, o momento atual é de característica abrangente, inclusivista, portanto, junto com os autores afirma-se a necessidade do cientista escolher algumas teorias que sendo de caráter complementar fomentem a pesquisa

¹² No apêndice D - mostraremos uma adaptação deste diálogo metodológico como proposto por Lima.

científica, entende-se que hoje não devemos falar de esta é minha teoria, mas, sim, este é meu corpo teórico ou meus enfoques teóricos¹³.

Rezende (2012) assevera que o foco principal de todas as teorias arqueológicas repousa na necessidade de explicar as mudanças no registro arqueológico e que cada qual procura fazê-lo de acordo com seu paradigma teórico. No decorrer da pesquisa ele diz que a grande dificuldade para o arqueólogo é estabelecer mudanças e continuidades baseado no registro arqueológico, para ele essa é uma tarefa complexa que demanda reunir a maior quantidade de informações possíveis decompondo-se em torno de explicações as mais variadas, - pressão ambiental, difusionismo, disponibilidade de recursos etc.

O autor entende que os questionamentos advindos dos vários aportes teóricos propostos para a Arqueologia podem corrigir vícios até então despercebidos. Afirma que não há teoria que possa responder todas as perguntas em torno das mudanças encontradas no registro arqueológico e que por isso se faz necessário incluir no aporte teórico outras possibilidades advindas de outros vieses. Ele entende que só existe um padrão de comportamento para o ser humano e o mesmo é que não há padrão para o seu comportamento.

Deste modo, na busca por uma explicação deve-se tentar observar o registro arqueológico por meio de todas as variáveis possíveis e de tantas outras que surjam. Diante desta realidade faz-se premente fazer uso de uma lente teórica que possibilite vários olhares¹⁴.

“O processo seria observado tendo em vista o maior número de variáveis possível e talvez até mesmo de todas as conhecidas, como se fossem lentes. Uma vez que a arqueologia demanda uma boa observação do seu objeto, nada melhor do que lentes multivariadas que possam ser utilizadas na tentativa de melhorar um pouco as imagens tão distorcidas que nos são apresentadas.” (REZENDE, 2012:27)

Entende-se que os sítios arqueológicos de forma geral carregam consigo uma infinidade de fatos entrelaçados que exigem do arqueólogo um tipo de abstração que esteja de acordo com as complexidades existentes. Dentre tais complexidades poderíamos enumerar o lapso temporal que de acordo com muitas datações às vezes diz respeito a milhares de anos, a distância cultural, as cosmovisões dos povos pretéritos que possuem uma tendência mais animista¹⁵ ou variações dessa visão em forma de algum tipo de panteísmo ou mesmo

¹³ No apêndice E – apresentaremos em forma de quadro as principais idéias teóricas da AHC, da AP e da APP.

¹⁴ No apêndice F – apresentaremos ilustração que mostra como estes olhares são de caráter complementar em torno do objeto cultural.

¹⁵ Segundo Tylor (1832-1917), o primeiro estágio da evolução religiosa da humanidade, no qual o homem dito primitivo crê que todas as formas identificáveis da natureza possuem uma alma e agem intencionalmente (HOUAISS, 2001).

politeísmo (TOOLE, 2011; GOMES, 2011; GEERTZ, 2003). Pense-se, ainda, nas diferenças do ponto de vista linguístico, geográfico, social, dentre outros.

Infere-se que os autores consultados compartilham de alguma forma em suas pesquisas a proposta como vem sendo apresentada, avista-se que há uma postura firme entre estes pesquisadores em torno de que o construir arqueológico deve partir de uma visão teórica de caráter complementar que lhes permita examinar seu recorte dos mais diferentes modos possíveis, deve-se lembrar do que Morin (2005) enfatiza quando argumenta mostrando que a cada descoberta ou avanço científico surgem, simultaneamente, novos pontos obscuros que a semelhança do “avanço” conscientiza-nos da necessidade de mais pesquisas.

“O que quero dizer agora, para concluir, é que temos de compreender que os progressos do conhecimento não podem ser identificados com a eliminação da ignorância. Estamos numa nuvem de desconhecimento e de incerteza, produzida pelo conhecimento; podemos dizer que a produção dessa nuvem é um dos elementos do progresso, desde que o reconheçamos. [...] conhecer é negociar, trabalhar, discutir, debater-se com o desconhecido que se reconstitui incessantemente, *porque toda solução produz nova questão*”. (MORIN, 2005:104, grifo nosso)

Convergência! Essa parece ser a palavra da vez dentro do mundo científico hodierno, não somente a um ou dois seguimentos do produzir conhecimento, mas, como temos vislumbrado, das ciências da natureza e das ciências humanas. Ora, o homem onde quer que esteja atuando cientificamente é “tentado” a abstrair a realidade a partir de um conceito uno, o que é comum desde a concepção cartesiana do labor científico, entretanto, mesmo reconhecendo os grandes avanços provindos deste modo de fazer, Morin diz:

“A procura de uma grande lei do universo conduziu à genial teoria de Newton e, a não menos genial teoria de Einstein. Hoje, entretanto, parece que essa simplificação atinge um limite: a partícula não é a entidade simples, não há uma fórmula única que detenha a chave do universo; chegamos aos problemas fundamentais da incerteza, [...] alguns cientistas julgam, ingenuamente, *que não existe o que seus instrumentos não podem apreender*”. (MORIN, 2005:104, grifo nosso)

4 SOB OS TEMPOS DO EQUINÓCIO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O TIPO DE POSTURA TEÓRICA ADOTADA

4.1 SOBRE O AUTOR

Eduardo Góes Neves é um dos pesquisadores da arqueologia brasileira dos mais conceituados, havendo-se tornado, nos últimos anos, uma das maiores autoridades sobre a Arqueologia Amazônica, sobretudo das terras baixas.

Quanto à sua formação Neves é Graduado em História pela Universidade de São Paulo, Mestre e Doutor em Arqueologia pela Universidade de Indiana e Livre-Docente pela Universidade de São Paulo, sendo, o trabalho ora em discussão, sua tese para “Concurso de Título de Livre-Docente” da Universidade de São Paulo (NEVES, 2017).

Além de profícuo pesquisador exerce a docência como Professor Titular de Arqueologia Brasileira do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas, pesquisador do Centro de Estudos Ameríndios (CESTA) da USP e coordenador do Laboratório de Arqueologia dos Trópicos do Museu de Arqueologia e Etnologia. Atua como Professor Visitante nas Universidades de Harvard, Centro da Província de Buenos Aires (Olavarría), Técnico do Litoral (Guayquil) e no Museu Nacional de História Natural de Paris (NEVES, 2017).

4.2 SOBRE A OBRA

Como foi apontado trata-se de uma tese apresentada como pré-requisito para o “Concurso de Título de Livre-Docente” da Universidade de São Paulo (USP) no ano de 2012 (NEVES, 2012:4). Teve início no ano de 1999 e, como tal, é fruto de 15 longos anos de pesquisa no Amazonas em parceria com inúmeros pesquisadores. Dentre estes pesquisadores encontravam-se muitos mestrandos e doutorandos que, como fica óbvio, produziram suas respectivas dissertações e teses enriquecendo as discussões sobre as terras baixas da Amazônia, em especial à área de confluência entre os rios Negro e Solimões onde se concentraram as pesquisas que, para Neves, é uma área muito estratégica que se constitui num “microcosmo da região amazônica (NEVES, 2012). As razões enumeradas por Neves para a escolha de supracitado local repousam:

“[...] de meu próprio envolvimento com a arqueologia dessa região, iniciado em 1995 em parceria com Michael Heckenberger e James Petersen. Desde essa época até o ano de 2010 me dediquei quase que integralmente à pesquisa nessa área, interrompida por alguns flertes mais ou menos duradouros com outros contextos no Amapá e na bacia do alto rio Madeira”. (NEVES, 2012:1 - 2)

O trabalho é fruto, também, do Projeto Amazônia Central – PAC – que adotou o modelo usado na região de Oaxaca, México, que teve o seu foco no “estudo do registro da arqueologia numa região mais ou menos delimitada que foi o centro da domesticação de plantas, e de emergência de urbanismo e do Estado na Mesoamérica” (NEVES, 2012: 2 - 3). Tal projeto resultou numa gama de publicações clássicas que trouxeram benefícios profundos para a arqueologia mesoamericana.

“O PAC, humildemente, adotou o mesmo modelo, baseado na premissa de que só um esforço coletivo aprofundado, multidisciplinar na medida do possível, pode de fato superar as inúmeras limitações e dificuldades impostas pela prática da arqueologia. Tal aposta metodológica é ainda mais forte num contexto como o brasileiro, onde a arqueologia mantém um caráter exploratório”. (NEVES, 2012:3)

Neves destaca que quanto ao propósito a obra pretendeu:

“[...] apresentar uma reconstituição da história da ocupação humana da Amazônia central no longo período transcorrido entre o início do Holoceno, [...] utilizar os dados e hipóteses da arqueologia da Amazônia central para discutir temas semelhantes presentes em outros contextos da arqueologia das terras baixas da América do Sul, [...] contribuir para o debate teórico e metodológico da arqueologia brasileira.” (NEVES, 2012:1)

Note-se que Neves deixa bem claro que dentre outras coisas ele pretende contribuir com os debates teóricos metodológicos da arqueologia brasileira, conclui-se, deste modo, que a obra se insere dentro da proposta ora em consideração nesta pesquisa.

O problema levantado em torno da tese visou testar as hipóteses até então propostas como modelos explicativos para a ocupação da Amazônia, em especial o modelo cardíaco como proposto por Lathrap e associados, e o modelo do determinismo ambiental proposto por Meggers, Evans, Miller e Hilbert (NEVES, 2012). Outra problemática que Neves propõe tratar repousa na resposta que se dá para a origem de grandes pacotes de terra preta na região amazônica.

“Nas áreas de várzea do rio Amazonas, e de alguns de seus principais afluentes, é bastante comum à ocorrência de grandes sítios arqueológicos, cobrindo áreas de dezenas de hectares, geralmente associados à presença de solos de coloração bastante escura e alta fertilidade, as chamadas “terras pretas de índio” da Amazônia.” (NEVES, 2012:17)

Segundo o modelo cardíaco esses pacotes seriam o resultado arqueológico de grandes e densos assentamentos nessa região, já segundo Meggers tais sítios “foram resultado de inúmeros e repetidos episódios curtos de reocupação dos mesmos locais por populações semi-sedentárias” (NEVES, 2012:17).

Em síntese o trabalho apresentado por Neves é um resumo bem estruturado de todos os resultados obtidos pelas pesquisas realizadas na Amazônia Central por sua equipe, mais especificamente na área de confluência dos rios Negros e Solimões: “O trabalho aqui apresentado pretende, portanto, ser uma síntese da arqueologia da Amazônia central, beneficiando-se de um esforço

verticalizado de pesquisa, um mergulho na arqueologia de uma região poucas vezes realizado na arqueologia brasileira” (NEVES, 2012:2).

4.3 SOBRE O CONTEÚDO

O formato do trabalho consta da introdução e seis divisões, cada uma composta com suas respectivas subdivisões.

Na introdução ele fornece as informações básicas acerca do conteúdo da obra, expõe propósitos, metodologias, explica sobre as razões que o levaram a escolher a Amazônia central como objeto do seu recorte, mais especificamente a região de confluência dos rios Negro e Solimões, fala sobre a arqueologia e seu papel para a ciência histórica, bem como apresenta a importância da Amazônia central no contexto da arqueologia das terras baixas da América do Sul.

No segundo capítulo, o que trata sobre “materiais, métodos e suas dimensões práticas,” Neves faz uma descrição das características ambientais da área de pesquisa explicando, *a posteriori*, o porquê dos acontecimentos arqueológicos tão presentes na área delimitada para os trabalhos. Fala sobre suas premissas metodológicas expondo a Ecologia Histórica como uma de suas principais ferramentas. Defende o uso de fase e tradições para a classificação dos objetos arqueológicos coletados, considera a abordagem pós-processualista um beco sem saída e pensa ser o processualismo por demais positivista, fornecendo, assim, uma defesa da ênfase histórico culturalista em derredor de sua pesquisa.

Explica sobre as três linhas distintas de interpretação do registro arqueológico da Amazônia central dizendo que todas são de viés histórico – culturalista com combinações com a Antropologia ecológica. Faz uma exposição do esquema crono-tipológico de Hilbert composto por quatro fases cerâmicas, discorre sobre a dificuldade de trabalhar em sítios com o perfil dos da área de confluência, propõe uma leitura com lentes históricas e processuais, culminando, por fim, numa curta apresentação das pesquisas em museus no Brasil.

Na terceira parte, a que apresenta o título “As evidências mais antigas de ocupação humana da Amazônia central e o quadro no holoceno médio,” Neves mostra que a ocupação da Amazônia é tão antiga quanto outras partes da América do Sul, de que não houve impedimentos à ocupação da floresta tropical por grupos que não praticavam a agricultura, ao contrário do proposto por teóricos como Bailey e Headlan, o que é confirmado por estudos

etnográficos com grupos caçadores coletores os quais mostram alternância entre os seus modos de vida.

No que toca as evidências que comprovam tal ocupação Neves enumera a presença de tecnologia lítica variada, as amostras de carvão que forneceram datas de até 6.500 AP, o sítio arqueológico Dona Stella de onde vêm as evidências mais antigas de ocupação da Amazônia central com uma indústria lítica de produção de artefatos bifaciais no pleistoceno e arcaico da Amazônia.

Neves tece uma crítica aos falsos arcaísmos e as ambiguidades das tipologias evolutivas propostas para a Amazônia central, dando destaque para o fato de que apesar da América do Sul ser o último continente a ser ocupado, permanecendo por muito tempo isolado em relação a outros povos, de que isso não impediu o quadro de diversidade social, cultural, econômica e política presente na região à época da invasão européia.

No que diz respeito à domesticação de plantas ele entende que ela não precedeu a emergência da agricultura, como apoio ele cita a pesquisa de Carneiro que trabalha com a hipótese de existir grande abundância em toda e qualquer parte da imensidão amazônica, o que não teria criado pressões evolutivas ao longo do holoceno médio. Ele acredita que este quadro só veio mesmo mudar a partir da era cristã com mudanças do ponto de vista social e político que podem ser deduzidas a partir do registro arqueológico, o que leva a propor que havia grandes grupos estruturados complexamente.

No quarto ponto, o que fala de sinais visíveis de mudanças antrópicas, que teriam sido produzidas pelas ocupações da fase Açutuba, Neves entende que a primeira evidência para tal afirmação repousa sobre o início da formação da terra preta e a presença de cerâmicas nos depósitos arqueológicos da região. Baseado nesta premissa o autor faz uma breve revisão sobre os contextos antigos de produção cerâmica na América do Sul em geral e na Amazônia em particular, introduzindo, a seguir, uma discussão sobre as cerâmicas antigas na Amazônia central e sua correlação com outras áreas da Amazônia, para, então, postular uma correlação entre algumas dessas ocupações e sítios com terras pretas.

No quinta parte, a que trata sobre o “apogeu demográfico da Amazônia central,” interpretado como consequência das ocupações Manacapuru e Paredão, tidas como sociedades frias do primeiro milênio D.C, Neves se apropria das boas informações sobre tais assentamentos advindos de Helena Lima Pinto e Claide de Paula Moraes. Elas entendem que

as fases Manacapuru e Paredão foram contemporâneas e que ambas fazem parte da Tradição Borda Incisa.

Neves, posteriormente, apresenta uma descrição das características dessas fases, faz uma breve análise das terras pretas que segundo ele marcam a história da ocupação amazônica, as descreve como verdadeiras capsulas de informação visto que não foram resultado de um grupo cultural específico. Para ele a terra preta de índio é um verdadeiro patrimônio arqueológico que se formou pelo acúmulo de refugo orgânico doméstico e de forma não intencional.

O pesquisador informa que em sítios Manacapuru e Paredão essas terras são abundantes e ao fazer a leitura e interpretação desses assentamentos faz uso de várias ferramentas e vieses teóricos, fala sobre a construção circular de tais assentamentos que para ele é uma metonímia da concepção que eles tinham do universo, ao expor sobre a existência dos montículos e a forma como eles estão arrumados ele interpreta como que “tipos equivalentes a bairros” dentro da aldeia, entende que a presença de fragmentos cerâmicos espalhados por estes assentamentos sejam resultado de um sistema regional multiétnico baseado na circulação de cerâmicas e no compartilhar de uma mesma cosmologia que foi materializada na ocupação circular das aldeias.

No que toca ao conteúdo do ponto seis Neves explora o tema “História acelerada” onde ele visualiza como seu objeto de pesquisa as ocupações Guarita e as mudanças nas formas de vida na Amazônia central por elas introduzidas no início do segundo milênio DC.

Neves entende que o grupo guarita não pegou ninguém de surpresa em virtude de que ele fazia parte do que ele chamou de “sistema mundo”. O autor interpreta a presença de trincheiras em sítios arqueológicos como Açutuba, Lago Grande e Laginho como estratégias de defesa para conter a expansão de grupos que produziam cerâmicas policromas como a guarita. No decorrer do capítulo o autor faz uma comparação da expansão policroma com as etnias Tupinambás e a Tupi – Guarani.

Posteriormente diz que as cerâmicas Guarita devem ser interpretadas como um demarcador cultural em razão de uma rígida padronização formal e decorativa que contrasta com diferentes tecnologias de produção e queima dos artefatos. Para ele a forma e decoração das cerâmicas era uma maneira ativa de delimitar, através dessa categoria de objetos, alguma

forma de identidade para esse grupo de recém-chegados, ocupantes de uma área já previamente habitada por grupos totalmente distintos.

Por fim, Neves desconstrói um entendimento equivocado em torno da Amazônia como se ela fosse o “signo da incompletude”. Tal entendimento teria sido incorporado pela arqueologia através do “*Handbook of South American Indians*” de Julian Steward de onde vieram correlatos evolutivos para a região Amazônica em que dos Andes Centrais viriam às inovações culturais de onde teria se difundido para as regiões mais periféricas da Amazônia associadas a condições ambientais locais. Porém, Neves pontua que supracitada leitura destoa com os relatos produzidos pelos cronistas dos séculos XVI e XVII que afirmam terem visto e tido contato com imensos assentamentos indígenas.

Neves considera que tais leituras deterministas não levam em conta que as doenças trazidas pelos europeus podem ter sido um dos fatores *sine qua non* para a diminuição demográfica desses povos, bem como o fato deles não terem tido acesso a aglomerado de rochas para fazerem suas construções tendo de se utilizar apenas do barro, o que, como consequência, logo após o abandono dos locais cresceram imensas matas que esconderam tais assentamentos e, por fim, o ciclo da borracha no início do século XX, época extremamente difícil para as etnias indígenas em virtude de terem sido usadas como escravas. Conseqüentemente, a conclusão lógica que dessa leitura se depreende é que o modo de vida dos povos indígenas em tempos recentes não resultam de pressões ambientais, mas, sim, de adaptações históricas.

Finalmente ele informa que os resultados das pesquisas realizadas pelo “Projeto Amazônia Central” mostra a antiguidade da ocupação humana na Amazônia remetendo ao final do pleistoceno e início do holoceno, de que os contextos de produção cerâmica antiga no baixo Amazonas com datas de 7.000 AP e 5.500 AP estão entre as mais antigas do continente, mais antigas com certeza do que as cerâmicas das terras altas, de que o estudo das terras pretas de índio como fruto de densos e grandes assentamentos falsificam os princípios do determinismo ambiental, pois as pesquisas comprovaram que tais lugares são o correlato arqueológico do estabelecimento de vida sedentária por toda a região.

Portanto, as pesquisas do PAC – Projeto Amazônia Central – estabelece um novo paradigma, isto é: “de que a abundância, e não a escassez, é o ponto de partida para uma reflexão sobre a história antiga da Amazônia”.

4.4 SOBRE O APORTE TEÓRICO

Encontrar-se-á aqui a espinha dorsal desta divisão em razão de que vamos proceder com uma análise dos aportes teóricos que nos foram evidentes no trabalho de Eduardo Góes Neves, portanto, se configurará numa empreitada um tanto labutosa.

Primeiramente trata-se de uma tese acadêmica, do que se depreende que há compassos teóricos abundantes. Neves informa que o texto é praticamente original e que as interpretações não são de natureza consensual entre os próprios pesquisadores que estiveram envolvidos nas pesquisas.

Para ele o objeto de estudo do arqueólogo é o registro arqueológico e assevera que o mesmo é de natureza híbrida, comportando não só objetos, mas, também, “matriz composta por elementos naturais e culturais”. Deste modo, ele é de opinião que qualquer pretensão de “um conhecimento generalizante é inalcançável,” o que evoca, no entender do presente pesquisador, que como de modo implícito ele realça a necessidade de uma postura híbrida em relação à pesquisa arqueológica como híbrida são os seus objetos.

Dentre outras prioridades deve-se dizer que Neves deixa claro que entre os seus objetivos está o de “contribuir para o debate teórico metodológico da Arqueologia Brasileira” (NEVES, 2012:1). Porém, estranha-se quando mais à frente ele tece crítica ao que denomina de “intoxicação teórica,” dando a conotar, à luz da semântica textual certa antipatia a estas questões.

Ele informa que seu trabalho não trata de extensas discussões devotadas à teoria ou ao método, diz que quando abordar sobre esta temática o fará de uma forma utilitária, ou seja, que esteja a serviço da interpretação dos dados. Diante do exposto pode-se concluir que sua postura teórica repousa numa abertura a várias possibilidades e correntes no exercício de sua pesquisa.

Toda esta fala não é motivo para que Neves não explicita sua preferência pela escola histórico – culturalista, aliás, ele faz questão de expor quais são as premissas conceituais de sua pesquisa: “Em poucas palavras, e se algum tipo de enquadramento a alguma linha teórica se fizer indispensável, *pode-se dizer que essa arqueologia recicla alguns princípios do Culturalismo Histórico de meados do século XX com as noções mais recentes da Ecologia Histórica*” (NEVES, 2012:4, grifo nosso).

Sua forma modesta de tocar no assunto carrega consigo uma postura por certo inclusivista visto que os princípios que ele trabalhou do culturalismo foram combinados com as noções da Ecologia Histórica.

Ao falar sobre os critérios de classificação dos dados ele é claro em dizer que usou o conceito de tradição e fases, que são artifícios do histórico – culturalismo e, então, ele segue com uma defesa sobre suas preferências dizendo que os autores que têm escrito sobre o histórico – culturalismo o apresentam como um viés ultrapassado, porém, para ele este viés “continua vivo e forte como uma espécie de paradigma silencioso” (NEVES, 2012:52), de que ele continua sendo praticado em países periféricos como o Brasil.

“Uma resposta simples, porém correta, a essa observação seria que a arqueologia nesses contextos é ainda exploratória, que parcelas significativas dos territórios desses países são desconhecidas e que, portanto, as preocupações gerais clássicas do culturalismo histórico com variações formais, cronológicas e espaciais em grandes territórios, geralmente explicadas pelo difusionismo, encontrariam ali terreno fértil para desabrochar”. (NEVES, 2012:52)

Logo depois do acima exposto Neves diz que nos principais centros do conhecimento – entenda-se arqueológico – o histórico culturalismo tem sido retomado com força no que toca as suas questões clássicas, enumerando, como razão, o estudo da expansão das línguas, da domesticação de animais e plantas, como, também, de assuntos que dizem respeito à expansão genética. Então ele conclui: “Essa retomada representa *uma reação aos excessos positivistas do processualismo*, com suas explicações excessivamente adaptativistas e ao beco sem saída epistemológico do pós-processualismo” (NEVES, 2012:53, grifo nosso).

Mais adiante ele retoma sua fala sobre o histórico – culturalismo dizendo que o “PRONAPA” é o grande culpado pela “intoxicação classificatória” em torno de fases e tradições no que toca a arqueologia brasileira, porém, ele é de opinião que as excessivas críticas a esse modelo levaram a outro extremo, isto é, o de “inanição classificatória,” por isso diz que é “chegado o momento de reavaliar o uso dos conceitos de fases e tradições na Arqueologia brasileira para verificar sua validade heurística. Para tal exame iremos à Arqueologia da Amazônia central” (NEVES, 2012:56).

Capta-se à luz do que vem sendo delineado que Neves entende que leituras histórico – culturalistas são propícias para locais pouco explorados como é o caso da Amazônia. Observe-se que em outro lugar ele diz que “a reaproximação com a história por parte da arqueologia contemporânea é particularmente proveitosa no caso de pesquisas realizadas em contextos de sociedades ágrafas, como ocorre nas terras baixas da América do Sul” (NEVES,

2012:53). Por essa razão a “reaproximação permite um diálogo direto com a etnologia e a etno-história, particularmente com um tipo de abordagem ora em desuso na Antropologia cultural, que é o de áreas culturais” (NEVES, 2012:53).

Assim, a preferência de Neves por uma leitura da AHC, ao que parece, não teve por base uma “fé cega” nos princípios desse viés, mas, sim, pelo fato dela ser a corrente que melhor se adaptou aos contornos de sua pesquisa, o que conota uma postura lúcida em relação as várias possibilidades teóricas que lhe estavam disponíveis e que na ocasião seriam usadas.

Tal colóquio pode ser constatado no decorrer da tese de Neves quando ele, apesar de ter se dirigido a AP como excessivamente positivista e a APP como um beco sem saída, por inúmeras vezes recorre a leituras da AP e da APP, as quais passaremos a enumerar algumas.

Logo no início Neves diz que procurou estabelecer diálogo com a rica tradição intelectual etnológica e que reconstruir o passado será um exercício sempre especulativo e que qualquer pretensão para tentar tal reconstrução será sempre ilusória, observação esta sempre ponderada pela corrente pós-processual.

Neves (2012:21) faz uma descrição das características ambientais da sua área de pesquisa tendo por base a Ecologia Histórica. Ele reconhece que tais leituras foram inauguradas pela AP.

“Tais iniciativas são baseadas menos em estratégias fechadas e metodologicamente rígidas e mais em procedimentos comuns que têm como principal preocupação o registro e a definição dos contextos, artefatos e ecofatos recuperados. A premissa da metodologia do PAC é que o objeto de estudo da arqueologia tem natureza híbrida e é uma matriz de componentes naturais e culturais. A atenção, portanto, à recuperação de artefatos inteiros ou fragmentados é tão importante quanto à coleta de amostras de restos de fauna ou flora. Isso não é necessariamente uma grande novidade na arqueologia, desde pelo menos o processualismo” (NEVES, 2012:41, grifo nosso).

Ao debruçarmos sobre a obra observa-se que após tal descrição ele explica o “por que” os assentamentos arqueológicos daquela região foram tão densamente habitados. Quando ele além de descrever explica o “por que” está sendo, de acordo com nossa pesquisa processualista.

Ao retomar as críticas dirigidas ao “PRONAPA” Neves reconhece que a grande maioria delas contribuiu para o amadurecimento da arqueologia brasileira, entretanto, mais uma vez ele constrói uma defesa no que tange ao uso dos conceitos de fases e tradições dizendo que tais críticos deveriam enxergar tais recursos como “hipóteses classificatórias a

serviço de uma tarefa mais interessante que é a explicação da história pré-colonial através do estudo do registro arqueológico (NEVES, 2012:60).” Diz que “é ela o ainda hegemônico foco na cultura material como o único suporte de interpretação para o passado” (NEVES, 2012:60).

“É inegável que o estudo da cultural material está no cerne da Arqueologia, *mas por si só tal foco corre o risco de se tornar redundante, se não for acompanhado pelo entendimento do contexto no qual se depositam os objetos. Essa observação não tem nada de original, já que ela encerra um dos princípios básicos da Arqueologia processualista [...].*” (NEVES, 2012: 60, grifo nosso)

E no que diz respeito ao pós-processualismo? Bem, mesmo que o considere um beco sem saída, pontua-se, que quando ele fala da ponta bifacial de uma flecha encontrada no sítio Dona Stella com as seguintes palavras: “De fato, o ótimo estado de conservação de ponta e a ausência de evidências de desgastes no gume, ou mesmo de qualquer tipo de fragmentação, podem até sugerir que a função da ponta talvez não fosse à de instrumento de caça, mas sim, por exemplo, um objeto de status” (NEVES, 2012:94). Tal fala é tipicamente leitura da APP.

Destaca-se nessa linha à interpretação que Neves faz sobre a função decorativa das cerâmicas pocó e o seu uso de apêndices zoomorfos e antropomorfos. Para Neves tinham influência simbólica, religiosa e ideológica sobre as demais populações.

“[...] é a partir do aparecimento das cerâmicas Pocó que o uso de apêndices zoomorfos e antropomorfos modelados se tornará comum até se disseminar completamente por diferentes tradições, fases ou estilos – incluindo, por exemplo, Marajoara, Guarita, Santarém, Konduri e, é claro, Borda Incisa. [...] *Pode-se, portanto, afirmar que há uma influência simbólica, religiosa ou ideológica associada ao estabelecimento de grupos que produziam cerâmicas Pocó sobre as populações.*” (NEVES, 2012:151-152, grifo nosso)

Tal interpretação da dimensão simbólica é uma característica quase que peculiar da APP, leitura esta que se repete logo mais à frente quando Neves trata sobre a divisão espacial dos assentamentos chamando-os de uma verdadeira gramática do uso do espaço. Ao se referir à estrutura circular ou em ferradura de supracitadas aldeias ele as conceitua de “construção como metonímia do universo,” ou seja, como uma expressão da cosmovisão destes povos.

“[...] a construção de casas em aldeias de formato circular ou em ferradura e a construção de montículos artificiais. [...] pode-se também acrescentar a abertura de centenas de pequenas covas, dispostas em áreas públicas nos sítios, às quais denominamos “feições”. *Essas estruturas e feições mostram, nessa época, uma constituição regular e disciplinada das aldeias constituindo uma espécie de gramática do uso do espaço, sem dúvida repleta de significados simbólicos.*” (NEVES, 2012: 184, grifo nosso)

“Desde os trabalhos pioneiros de Reichel-Dolmatoff (1971) e Stephen Hugh-Jones (1985) sabe-se como, no noroeste da Amazônia, a construção e uso das grandes malocas multifamiliares se constituem *a partir de uma série de princípios através dos quais essas casas atuam como uma metonímia do próprio universo.*” (NEVES, 2012:184, grifo nosso)

Em outro lugar conclui:

“[...] tais grupos, inicialmente distintos, estabeleceram relações horizontais e simétricas que eventualmente conduziram ao desenvolvimento de um sistema regional multiétnico baseado na circulação de cerâmicas e no compartilhamento de uma mesma cosmologia baseada na ocupação de aldeias circulares.” (NEVES, 2012:197)

Antes de concluir sua tese Neves dirige-se as formas de materialização do modo de vida dos povos que habitavam esta imensa região fazendo referência aos trabalhos realizados por Viveiros de Castro em torno dos Araweté que além das similitudes linguísticas ele acreditava que havia algo mais comum ou geral entre tais sociedades, e o que seria isso?

“[...] trata-se do que eu chamaria de excesso ou complementaridade do discurso cosmológico em relação à organização social, [...] uma extensa taxonomia do mundo espiritual, mas de difícil redução a princípios homogêneos, uma ativa presença desse mundo na vida cotidiana, o papel fundamental dos mortos, e toda uma orientação “vertical”, celeste, do pensamento” (NEVES, 2012:260)

Após discorrermos sobre todas as nuances que conseguimos interceptar em derredor da tese de Neves pode-se concluir que sua obra reflete o viés teórico da AHC em razão de ser aquela que melhor se adaptou à arqueologia das terras baixas da Amazônia. Entretanto, como pudemos perceber isso não impediu Neves de ter uma postura inclusivista em torno de seu recorte, dialogando não somente com inúmeras outras disciplinas, mas, também, sempre que necessário fazendo uso de princípios teóricos e metodológicos vindos do processualismo e do pós-processualismo.

CONSIDERAÇÕES...

Diante do exposto nesta pesquisa precisamos fazer algumas breves reflexões em torno da problemática aqui levantada, qual seja: se “seria possível engajar-se com um tipo de postura que permita ao arqueólogo dialogar com as perspectivas teóricas disponíveis ao seu objeto de pesquisa?”

Considerou-se em razão da problemática ora pontuada fazer um estudo diacrônico em torno da história da teoria e suas especificidades, nosso objetivo foi o de mostrar aos pesquisadores que as teorias, independente de quais sejam, carregam consigo aspectos semelhantes que as enleiam.

Buscou-se mostrar que do ponto de vista etimológico a palavra conota a ação de observar, examinar, de que a mesma era usada para descrever a ida de alguém ao teatro para assistir um espetáculo. Esta nuance acompanhará as teorias, portanto, todas, a partir deste prisma são modos de ver algo.

Do ponto de vista histórico percorremos um longo período que começa com o clássico, com a maneira em que os gregos definiam teoria. Constatou-se que para eles teoria era tida como um ideal contemplativo, uma operação intelectual onde o aprendizado é desassociado das realidades concretas que o cercam. Entendida deste modo teoria era a divinização da razão, a capacidade filosófica de abstrair a verdade por meio da imaginação.

Dando-se um salto chegamos a Idade Média e pontuamos a maneira como a teoria era tida pelos estudiosos da época. Verificou-se que apesar da crítica dirigida a este período como “a idade das trevas” o mesmo representou um significativo avanço para os estudos até então realizados, tais estudiosos viam na teoria um sistema filosófico de especulação onde ela passa a adquirir o papel de ciência da investigação. Isto é tanto que se observou o desenvolvimento das pesquisas em várias áreas, momento que fomentou a criação de várias Universidades.

O período moderno introduzido pelo movimento renascentista e finalmente inaugurado no iluminismo do século XVII foi considerado a era das luzes, onde teorizar passou a ser sinônimo de experimentar, elaborar a partir de dados fundamentados em hipóteses já experimentadas e comprovadas. Aqui teoria passou a ser vista como algo que serve de apoio para dada pesquisa, daqui convencionou-se aquilo que chamamos de

fundamentação teórica. Neste período teorizar não é apenas endeusar a razão, mas, sobretudo, divinizar um método que para estes proponentes seria capaz de chegar à verdade.

Já no período pós-moderno, o período no qual nos encontramos, ocorre uma verdadeira reviravolta na epistemologia, para este movimento sua principal pressuposição teórica é de que todo conhecimento é relativo e condicionalmente determinado pela sua época, teoria, aqui, é descrita como o princípio de ir ver com o propósito de se descobrir as ideologias que estão disfarçadas em todo fazer científico. Isto eles o fazem através da crítica literária e a sua metodologia desconstrucionista.

A importância dessas muitas maneiras de ver e assimilar o que seja uma teoria no que diz respeito à problemática discutida neste ensaio conscientiza-nos sobre os aspectos polissêmicos em torno do termo, como, também, mostra-nos a maneira que ela foi se desenvolvendo no decorrer da história, adquirindo, a cada avanço, os contornos de seu momento histórico.

A posteriori, convencionou-se mostrar que as teorias carregam consigo aspectos que lhe são semelhantes, sejam elas de alcance médio ou de alcance longo. Conscientizando-se de tais aspectos os estudiosos serão mais conscienciosos em seus possíveis embates teóricos estando atentos para que naquilo que contrapõe não se contradigam.

Todas as teorias carregam consigo uma parte dura indemonstrável que aqui se convencionou de pressuposicionalismo. Esta parte não verificável é descrita por muitos dos teóricos referenciados nesta pesquisa como crenças que abraçamos no decorrer da vida que espelham a cosmovisão que temos da realidade que nos cerca, do cosmos.

O pressuposicionalismo leva em sua companhia a circularidade, isto é, aos círculos hermenêuticos presentes nas ciências, sejam elas da natureza, sejam elas das sociedades. Estes círculos apresentam-se nas definições que aduzimos em torno da nossa pesquisa, o que leva o estudioso a certas inconsistências ao não reconhecer o aspecto pressuposto de seu respectivo viés. Cada teoria possui uma parte não falseável e, conseqüentemente, impossível de ser empiricamente verificada. Como consequência, o argumento teórico tenderá a ser circular, ou seja, terminará onde começou. Neste sentido, o cientista deve está atento ao que pode ser verificado no que toca à sua teoria, como também deve está atento ao que lhe serve como axioma para sustentar sua hipótese.

Viu-se que o reducionismo é uma das acusações constantes que os teóricos sofrem. Ele pode ser detectado nas afirmações feitas por diferentes teorias que crêem que objetos, fenômenos e significados complexos podem ser reduzidos, ou seja, expressos em unidades diferentes a fim de explica-los. Verificou-se que há dois tipos de reducionismo, um de caráter metodológico e um de caráter teórico. O primeiro é salutar e tem sido uma ferramenta excepcional no sentido de nos permitir fazer um recorte em torno de nosso objeto de pesquisa como reconhecimento de que é impossível examinar uma realidade completa, a outra, de caráter teórico, é a que sendo proposta pelo cientificismo positivista reduz toda à realidade a um único elemento de assimilação. Como vimos esta maneira de fazer ciência já deu o que tinha de dar, a realidade que estudamos é muito mais complexa e portadora de informação, portanto, necessita-se de uma postura teórico metodológico que seja de caráter mais inclusivista e que possa examinar a realidade a partir de muitos vieses diferentes.

Aliado a este último aspecto está à tendência a seletividade em torno de nossas pesquisas. Seletividade esta imposta através da epistemologia que se tenha abraçado. Note-se que a teoria assumida conduzirá o pesquisador a realizar recortes e selecionar dados que contribuam, apenas, para fundamentar a sua empreitada, neste sentido a única dedução lógica que podemos chegar é a de que não há fatos puros advindos dos resultados de nossas pesquisas, há fatos interpretados que para o serem tiveram que passar pelo exame de nossa lente teórica. Para termos fatos puros teríamos que abrir mão das teorias o que, evidentemente, nos seria prejudicial tornando-se, conseqüentemente, uma tarefa difícil, se não impossível de ser realidade. Para apresentarmos os fatos puros de nossas pesquisas deveríamos “jogar sobre a mesa” todas as realidades abstraídas em torno do nosso recorte o que, necessariamente, levar-nos-ia a um beco sem saída.

O último aspecto discutido foi o de potencial narrativo como uma das características básicas da teoria. Todas as empreitadas científicas produzirão resultados, apresentarão considerações, “contarão histórias” que no que posso entender serão apenas verossimilhanças das realidades em razão de que por mais que o resultado seja a expressão da verdade não o será, no entanto, a expressão de toda à realidade, sempre restará pontos obscuros que depreenderão necessidade de novas pesquisas.

Assim não há lugar para xiitismo teórico por parte dos pesquisadores em relação a outras possibilidades a eles oferecidas por outras maneiras de ver a realidade, conscientes

destes aspectos e assumindo uma postura inclusivista em nossas pesquisas seríamos imunizados contra o orgulho intelectual positivista que sempre nos ronda.

O segundo passo realizado neste trabalho conduziu-nos a afunilar ainda mais nosso projeto no sentido de selecionarmos as três mais importantes teorias para a ciência arqueológica.

A primeira delas foi à AHC. Constatou-se que ela representou um avanço em comparação com o tipo de arqueologia que vinha sendo feita. De traço positivista teve no seu historicismo seu principal desafio, isto é, tentar mapear o centro das difusões das inúmeras culturas pesquisadas. Instituiu, desta maneira, conceitos e procedimentos analíticos para o entendimento da cultura que jamais foram superados, disponibilizando todo o ferramental sustentador da pesquisa arqueológica. Tal modo de fazer arqueologia manteve-se hegemônica por aproximadamente cem anos, no entanto, por ter se mantida presa apenas a possibilidades difusionistas / migracionistas como explicação para o desenvolvimento cultural caiu em desuso.

Insatisfeitos com as ênfases historicistas descritivas da AHC muitos arqueólogos fomentaram um novo modo de pensar e fazer arqueologia, novo modo que veio a ser chamado de Nova Arqueologia ou AP. De viés neo-positivista teve no cientificismo das ciências da natureza o seu principal ideal. Tentou encontrar leis gerais que condicionassem o comportamento humano cultural através de forças exógenas vindas do ambiente ecológico. Encontrou na teoria dos sistemas seu principal sustentáculo de onde derivou todo o seu entendimento dos artefatos encontrados *in situ*. Engrandeceu à investigação ao introduzir estratégias de pesquisa que geraram métodos que valorizaram o estudo dos processos sociais, dentre eles fazemos referência aos tipos de leitura mais *lato sensu* em torno do sítio arqueológico onde não somente os objetos escavados, mas, toda a dinâmica do sítio passou a ser levado em consideração, seu entorno, fauna, flora e ambiente, a palavra contexto adquiriu fama inigualável para a arte de fazer arqueologia.

No entanto, a semelhança do que ocorreu com a AHC, a AP foi alvo de inúmeras críticas às quais a partir do ano de 1980 levou a outros rumos teóricos em derredor da arqueologia. Este novo modo de pensar alinhou-se com os postulados da pós-modernidade e teve na crítica literária sua principal aliada, passando a interpretar a cultura material como um texto que escondia as ideologias, crenças e cosmovisão dos seus autógrafos. A este modo de pensar convencionou-se chamar APP ou Arqueologia Contextual.

Aqui outro contorno estava sendo introduzido no ambiente da interpretação da cultura material, qual seja a dimensão simbólica presente nos artefatos. Enquanto a AP procurou responder a pergunta para que isto foi feito, tentando encontrar uma função específica para dado objeto, a APP tentou responder o por que tais objetos teriam sido produzidos. Neste particular a APP resgata a “alma” humana por trás da cultura dos povos o que em nossa parca maneira de ver significou um resgate da dignidade destas etnias, elas deixam de ser reféns de forças exógenas passando a ser senhores de suas histórias.

Vê-se que o surgimento de supracitadas correntes no desenrolar do amadurecimento da arqueologia não significa o banir do que vinha sendo feito, mas, sim, um desenvolvimento sadio onde pontos que sejam divergentes ou convergentes cooperem para uma postura científica que veja na outra teoria o complemento ou enriquecimento da sua teoria, como procuramos mostrar na abordagem em que tratamos sobre a complementariedade teórica que se exige do pesquisador.

Notou-se que há como manter uma postura metodológica complementar saudável entre a AHC, a AP e a APP. Ora, uma fornece o aparato ferramental, a outras as estratégias de pesquisa e, a outra, a possibilidade de inúmeras leituras.

Vimos que no que toca ao aspecto teórico adotado para a nossa pesquisa não deveríamos dizer “esta é a minha teoria”, mas, sim, este é meu aporte teórico. Tal postura exigiria do pesquisador que ele levasse em consideração que em determinada pesquisa o enfoque teórico da AHC é a mais conveniente, em outro contexto o enfoque da AP e, em outro contexto, a melhor teoria seria a de enfoque pós – processual.

Assumir um enfoque teórico específico não impede o arqueólogo de dialogar com outras leituras, aliás, mostrou-se que foi isso que ocorreu na pesquisa realizada por Neves e sua equipe. Ele visivelmente privilegiou aspectos teóricos da AHC, porém, ao fazer isso ele não o fez porque tenha abraçado cegamente esta corrente, mas, sim, porque ela se demonstrou a mais conveniente para o seu objeto de pesquisa. Entretanto, isso não o impediu de fazer excessivas leituras processuais ou pós-processuais sempre que lhe foram convenientes.

Assim, e em consideração do que até aqui foi debatido demonstrou-se que o arqueólogo deve se empenhar a favor de uma postura teórica que lhe permita dialogar com as várias possibilidades que lhe estiverem ao alcance e que lhe sejam exigidas em dados momentos de sua tarefa.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, J.D. **Para uma conciliação das arqueologias**. 580 ed. Porto: Edições Afrontamento, 1996.
- BACO, H.M. DI.; FACCIO, N. B.; LUZ, J.R. Das raízes da pesquisa arqueológica a arqueologia processual: um esboço geral. **Tópos**, v.3, n.1, p. 206 – 233, 2009.
- BELLELLI, C.; La trama cultural: textos de antropología y arqueología. 2 ed. In: **Las teorías em Arqueología**. Buenos Aires: Ediciones Caligraf: 2001. P.137 – 145.
- BÍBLIA. Romanos. Português. A Bíblia sagrada: antigo e novo testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada no Brasil. 2 ed. Barueri – São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008. p. 1477 - 1499.
- CARSON, D.A. **O Deus amordaçado: o cristianismo confronte o pluralismo**. Tradução de Lena Aranha, Regina Aranha. São Paulo: Shedd Publicações, 2013, 680 p.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Magda Lopes – 3 ed. – Porto Alegre; Artmed, 2010.
- CHAVES, Mário M. Complexidade e transdisciplinaridade: uma abordagem multidimensional do setor saúde. **Departamento de Medicina Preventiva Faculdade de Medicina Universidade Federal do Rio de Janeiro**, maio de 1998.
- DICIONÁRIO LATIM PORTUGUÊA – PORTUGUÊS LATIM**. Porto – Portugal: Porto Editora, 2008, p. 617.
- FUNARI, P.P. Teoria e a arqueologia histórica: a América Latina e o mundo. **Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v.1, n.3, p. 49 – 58, jan./ju. 2007.
- GHENO, Diego Antônio; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. Arqueologia Histórica – Abordagens. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 58, p. 161-183, jan./jun. 2013.
- GOHEEN, M.W.; BARTHOLOMEW, G.G. **Introdução à cosmovisão cristã: vivendo na intersecção entre a visão bíblica e a contemporânea**. Tradução de Márcio Loureiro Redondo. São Paulo: Vida Nova, 2016.
- GEERTZ, C. **La Interpretación de las culturas**. Gedisa Editorial. Barcelona, 2003.

- GOMES, Denise Maria Cavalcante. Metodologia da pesquisa arqueológica. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeld. Cienc. Hum.**, Belém, v. 8, n. 3, p. 513 – 516, set-dez. 2013.
- HODDER, Ian. **Interpretación em arqueologia: Corrientes actuales**. Barcelona: Editorial Crítica, 1986.
- JOHNSON, M. **Teoría arqueológica: uma introdução**. Barcelona: Editorial Ariel, S.A. 2000.1 ed.
- HORTON. M. **Doutrinas da fé cristã: uma teologia sistemática para os peregrinos do caminho**. Tradução de João Paulo Thomaz de Aquino. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2016. p. 1104.
- LIMA; Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeld. Ciências Humanas**, v. 6, n. 1, p. 11 – 23, jan. – abr. 2011.
- _____. Os marcos teóricos da arqueologia histórica, suas possibilidades e limites. **Estudos Ibero – Americanos**. PUCRS, v. XXVIII, n. 2. P. 7 – 23, dezembro de 2002.
- LOPES, A.N. **A Bíblia e seus interpretes: uma breve história da interpretação**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004, 288 p.
- MCGRATH, A.E. Teologia sistemática, histórica e filosófica: uma introdução à teologia cristã. Tradução Marisa K. A. de Siqueira Lopes. São Paulo: Shedd Publicações, 2005. 664 p.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 350p.
- NASH, R.H. **Questões últimas da vida: uma introdução à filosofia**. Tradução de Wadislau Martins Gomes. São Paulo: Cultura Cristã, 2008.
- NEVES, Eduardo Góes. **Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central (6.500 AC – 1.500 DC)**. 2015. Tese apresentada para Concurso de Título de Livre-Docente Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, agosto de 2012.
- PASCOAL, Isaiás. A importância do pensamento de Habermas nas Ciências Sociais contemporâneas. **Revista De História e Estudos Sociais**. V. 7, n. 2 / maio, junho, julho, agosto de 2010.
- REFREW, C., BAHC, P. **Arqueología: teorías, métodos y prácticas**. Madrid – Espanã: Ediciones Akal, 3.ed, 2007.

REZENDE; J. F. da Silva. Sobre a continuidade e mudança no âmbito da teoria arqueológica. **REVISTA DA HISTÓRIA DA ARTE E ARQUEOLOGIA**. N. 18 / julh/dez de 2012, p. 7.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E.M. Arqueologia em perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado. **Revista USP**, São Paulo, n.44, p. 10 – 31, dez./fev. 1999-2000.

SILVA, Ângela Maria Moreira. **Normas para apresentação dos trabalhos técnicos – científicos da UFRR**: baseado nas normas da ABNT. Boa Vista: Editora da UFRR, 2007.

SOLTYS, F.A. Caleidoscópio, narrativas e subjetividade na arqueologia pública. 2010. 159f. DISSERTAÇÃO (Mestrado em Antropologia) – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS, - Belo Horizonte, 2010.

SYMANSKI, Luiz Cláudio Pereira. **Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos**. Editora: Annablume/Acervo, 2009.

SENE, G.M.; SEDA, P. **Teoria arqueológica, gênero e diferenciação social na pré-história brasileira: A tradição uma**. IBPA; 2017.

TORRES, Patrícia Lupion; BEHRENS, Marilda Aparecida. Complexidade, transdisciplinaridade e produção do conhecimento. **Coleção Agrinho, 2015**.

TRIGGER, B.G. História do pensamento arqueológica. Tradução Ordep Trindade Serra: São Paulo, Odysseus Editora, 2004.

VEITH, G.E. **Tempos pós-modernos: uma avaliação cristã do pensamento e da cultura da nossa época**. Tradução Hope Gordon Silva. 1ed. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 1999.

VIEIRA, M.M.F.; CALDAS, M.P.; Teoria crítica e pós-modernismo: principais alternativas à hegemonia funcionalista. **ERA-CLÁSSICOS**, v.16, n.1, jan./marc. 2006.

**APÊNDICE A – QUADRO QUE SINTETIZA A ESTRUTURA TEÓRICA E
METODOLÓGICA DA AHC COM SUA RESPECTIVA LEITURA**

Postulados Teóricos	1. Cultura material reflexo passivo da cultura humana 2. Misto de princípios evolucionista, difusionista e positivista	Indutiva	Como consequência: 1. Uma arrojada metodologia de campo 2. Procedimentos analíticos em laboratório
Análise dos Artefatos	Forma } Ponto inicial: } Tipologias Função }	Cada redução → Tipo 1. Essencialista: não muda 2. Materialista: variação - Cultura arqueológica - Tradições e fases - Tradições tipo essencialista - Fases tipo materialista	Relações 1. Elaboração de estatísticas 2. Identificação das origens 3. Determinação de cronologias
Relações Sociais	1. Tecnologia	2. Economia	3. Contribuições
	- A evolução pré e proto históricas são vistas no processo tecnológico evolucionista	Industrialização: Normalização dos produtos	- Aprimorou 1. As tipologias 2. As técnicas de seriação 3. As escavações 4. A análise do contexto estratigráfico, da classificação e descrição dos achados - Aumento da compreensão do modo de vida do passado
	Três idades: 1. Pedra 2. Bronze 3. Ferro	Produção doméstica: Diversidade de estilos	- Gerou interesse pelos problemas históricos apoiando-se numa concepção funcionalista
	- Mudança explicada pela difusão de técnicas e idéias de um povo para o outro	- O contato entre os grupos diminui as diferenças e aproximam as produções	- Recusa de explicar as propriedades dos sistemas culturais que tornam a inovação possível

Fonte: Adaptado de (ALARCÃO,1996; BACCO, FACCIO E LUZ, 2009; TRIGGER, 2004; LIMA, 2011).

No que toca aos *postulados teóricos* vê a cultura material como reflexo passivo da cultura humana sendo um misto de princípios evolucionista, difusionista e positivista. De abordagem indutiva estabeleceu uma arrojada metodologia de campo e procedimentos em laboratório.

Quanto à *análise dos artefatos* entende que eles se distinguem em forma e conteúdo, daí derivam tipologias e tipos culturais específicos, o artefato tem duas categorias, a essencialista, - que não muda – e a materialista, - que sofre variação – daí vem o conceito de cultura arqueológica, de onde derivam tradições e fases, as tradições dos tipos artefatuais

essencialistas, as fases do tipo materialista. Isto culminou na elaboração de relações estatísticas, identificação de origens e determinação de cronologias.

As *relações sociais* se dão por meio *da tecnologia*, - a evolução pré e proto-históricas são vistas no processo tecnológico evolucionista, o que culminou nas idades da pedra, do bronze e do ferro, qualquer mudança é logo explicada pelo processo de técnicas e idéias de um povo para o outro – por meio *da economia*, onde na industrialização dos artefatos é visto a homogeneidade dos produtos, na produção doméstica a diversidade, o contato entre grupos diminui as diferenças e aproximam as produções. No que toca **as contribuições** a AHC aprimorou o estudo das tipologias, das técnicas de seriação e escavação, a análise do contexto estratigráfico, classificação, descrição dos achados, aumentou a compreensão do modo de vida dos povos pretéritos, gerou interesse pelos problemas históricos numa concepção funcionalista.

APÊNDICE B – QUADRO QUE SINTETIZA A ESTRUTURA TEÓRICA E METODOLÓGICA DA AP

Postulados Teóricos	1. Cultura material como resposta adaptativa - teoria geral dos sistemas 2. Princípios neo-evolucionista, neo-positivista, funcionalista e naturalista 3. Procedimentos matemáticos e deterministas	Científica antropológica Dedutiva { Diferenças Conceito de isomorfismo	- Gerou métodos, valorizou o estudo dos processos sociais e desenho cuidadoso das estratégias de pesquisa
Análise dos artefatos	Tipos: { Tecnômicos: úteis Sociotécnicos: status social Ideotécnicos: simbólicos	{ Social: homens <i>Ideotécnicos</i> { Mântico: deuses - Na versão cognitiva analisa os símbolos no plano sobrenatural.	Religião { Crenças Ícones - Identificar se um espaço é ritual ou doméstico
Disposição dos artefatos	1. Estabelecer o contexto 2. Identificar as áreas de atividade - Que funções se realizavam aqui?	{ Estrutura situacional <i>Síntese</i> Percepção de mundo	- Resultado: homem como uma reduplicação empírica
Estudo das estruturas	2 categorias { Adaptacional Relacional	- AP analisa o concreto da habitação, adequando-a ao ambiente	
Atividade econômica	3 campos { Exploração dos recursos Produção dos artefatos Circulação de bens	1. Razões ecológicas e demográficas 2. Industrial e doméstica 3. Leis de circulação e declínio	Contexto social Circulação { efeitos sociais Valor monetário
Relações sociais	Ocorrem { - Tecnologia - Economia - <i>Organização social</i> - Organização política - Organização ideológica	{ Sexuais Etárias <i>Êxito organização social</i> { Parentesco Status social - Isomorfismo cultural	{ Ritos funerários <i>Práticas funerárias</i> { Estrutura social - Igualitária ou hierárquica - Marcadores: idade, sexo, posição social, integração subgrupal, causa e lugar da morte
Ideologia	<i>Interessa-se muito pouco</i>		
Mudança cultura	{ Transformação ambiental <i>Minimiza o papel dos contatos</i> { Pressão demográfica		

Fonte: Adaptado de Alarcão (1996:11 – 14,19 - 59).

Postulados teóricos: Cultura como resposta adaptativa, composta de princípios neo-evolucionista, neo-positivista, funcionalista e naturalista, modelo de procedimentos matemáticos e deterministas, hipotético-dedutiva foca sua análise nas diferenças, científica e antropológica adota o isomorfismo, gerou métodos, valorizou os processos sociais e o desenho de estratégias.

Análise dos artefatos: Tecnômicos, sociotécnicos e ideotécnicos, foca-se nos ideotécnicos dividindo-o em dois, o social, que define à relação com os homens e o Mântico à

relação com os deuses, na versão cognitiva analisa os símbolos no plano sobrenatural, do mântico vem a religião dividida em crenças e ícones, seu objetivo é identificar se o espaço era de uso ritual ou doméstico.

Disposição dos artefatos: estabelece o contexto identificando áreas de atividade e funções nelas realizadas, daí uma síntese do que seja a estrutura situacional, - como o homem organizava o espaço – e a percepção de mundo, sendo que só se prende em torno da análise situacional, o homem é uma reduplicação empírica.

Estudo das estruturas: Adaptacional e relacional se prende ao concreto da habitação adequando-a ao ambiente.

Atividade econômica: Exploração de recursos, produção de artefatos e circulação de bens, a primeira ocorre por razões ambientais e demográficas, a segunda por meio da produção industrial e doméstica, a terceira, por leis de circulação que não podem ser desvinculadas do contexto social, dos seus efeitos e do seu valor monetário.

Relações sociais: ocorre por meio da tecnologia, economia, organização política e social, grande êxito na organização social dividindo-a em categorias sexuais, etárias, parentesco e status, parte da similaridade cultural tendo o seu ponto de partida nas práticas funerárias de ritos, depreende-se se dada sociedade é igualitária ou hierárquica, atentando para os marcadores culturais.

Ideologia: Pouco interesse.

Mudança cultural: Minimiza o papel dos contatos, ocorre por meio do ambiente ou pressão demográfica.

APÊNDICE C - QUADRO QUE SINTETIZA A ESTRUTURA TEÓRICA E METODOLÓGICA DA APP

Aportes Teóricos	1. A cultura como ativa - elemento produtor das relações sociais { Da ação 1. Premissas pós - modernistas 2. De vários vieses { Da cultura	Recusa determinismos Indutiva contextual Cultura material ativa	Repele funcionalismo e marxismo <i>Identificar o contexto dos objetos, onde estão presentes e ausentes</i> Reforça as relações sociais estruturantes
Análise dos Artefatos	Tipos: <ul style="list-style-type: none"> Tecnômicos: úteis Sociotécnicos: status social Ideotécnicos: simbólicos 	- Cultura material como um texto - Tenta alcançar o significado simbólico do artefato - Penetrar no universo das crenças e dos símbolos	Normas comportamentais <i>Pretende descobrir</i> Atitudes coletivas 2 tipos  Domus: valoriza a mulher Agrios: valoriza o homem
Disposição dos artefatos	1. A percepção de mundo - <i>Revela</i> 2. Crenças e tipos das relações sociais	Sem níveis de certeza <i>Resultado</i> Só probabilidades	- Resultado: homem como uma reduplicação do transcendental
Estudo das estruturas	2 categorias <ul style="list-style-type: none"> Adaptacional Relacional 	- APP busca esclarecer as razões e os efeitos sociais da arquitetura	
Atividade econômica	1. Artefato como valor cultural do qual depende o efeito da troca 2. O artefato trocado tem um poder emotivo e ideológico	Doméstica semelhança 2 <i>Produção</i> Especializada variação	
Relações sociais	1. Reservas com tipologias sociais neo-evolucionistas 2. Usa o termo noção de mudança	3. Cada caso histórico é um caso particular 4. Prende-se a diferenças e peculiaridades culturais	
Ideologia	2 Planos <ul style="list-style-type: none"> Das idéias: valorativos Das atitudes: habituais 	3 Relação <ul style="list-style-type: none"> Outros Sobrenatural Meio físico 	- Ética: criação de estados - Religião - Categorizações
Mudança cultura	Cada caso é um caso <ul style="list-style-type: none"> { Mecanismos de adaptação { Necessidade { Tensões sociais internas 	- Analisar a textura social de mudança	

Fonte: Adaptado de (ALARCÃO, 1996; ALARCÃO, 1997).

Postulados teóricos: Pós-modernas, aberta a vários vieses, abraça duas teorias de longo alcance, a da ação de Giddens que recusa determinismos, funcionalismo e marxismo, e a teoria da cultura, que interpreta a cultura material como ativa, reforçando as relações sociais estruturantes, de caráter indutiva, tem como meta identificar o contexto dos objetos, onde estão presentes e ausentes.

Análise dos artefatos: Úteis, social e simbólicos, vê a cultura material como um texto, tenta alcançar o significado simbólico dos objetos e penetrar nas crenças e símbolos, a

ênfase está em descobrir normas comportamentais e atitudes coletivas, dividindo-as em dois tipos: Domus – valoriza a mulher, e Agrios – valoriza o homem.

Disposição dos artefatos: revela a cosmovisão dos povos, suas crenças e tipos de relações, não buscam níveis de certeza, só de probabilidades, homem como uma reduplicação do universo transcendental.

Estudo das estruturas: Adaptacional e relacional, busca esclarecer as razões e os efeitos sociais da arquitetura.

Atividade econômica: artefato de valor cultural do qual depende a troca, quando trocado tem um poder emotivo e ideológico, quanto a produção há os domésticos, de onde vê as semelhanças e os especializados que explica as variações.

Relações sociais: reservas com tipologias neo-evolucionistas, usa o termo “noção de mudança”, cada caso histórico é um caso em particular, prende-se nas diferenças entre os artefatos.

Ideologia: das idéias, são os valorativos, das atitudes, são os habituais, cria 3 relações, com os homens, de onde vem o Estado com suas instituições e poderes estabelecidos, o sobrenatural, a religião, e os do meio físico, as categorizações.

Mudança cultural: cada caso é um caso, existem mecanismos de adaptação, crê que elas não ocorrem desatreladas das tensões no meio social, seu foco está em analisar a textura social de mudança.

APÊNDICE D – CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS DOS VIESES DA AHC, AP E APP

Diálogo Metodológico

Histórico – culturalismo	Conceitos e procedimentos analíticos básicos para o entendimento da cultura material – todo o ferramental básico da disciplina
---------------------------------	--

Processualismo	Geração de métodos – valorização do estudo dos processos sociais e o desenho cuidadoso das estratégias de pesquisa
-----------------------	--

Pós – processualismo	Densidade teórica – possibilidade de múltiplas leituras da cultura material
-----------------------------	---

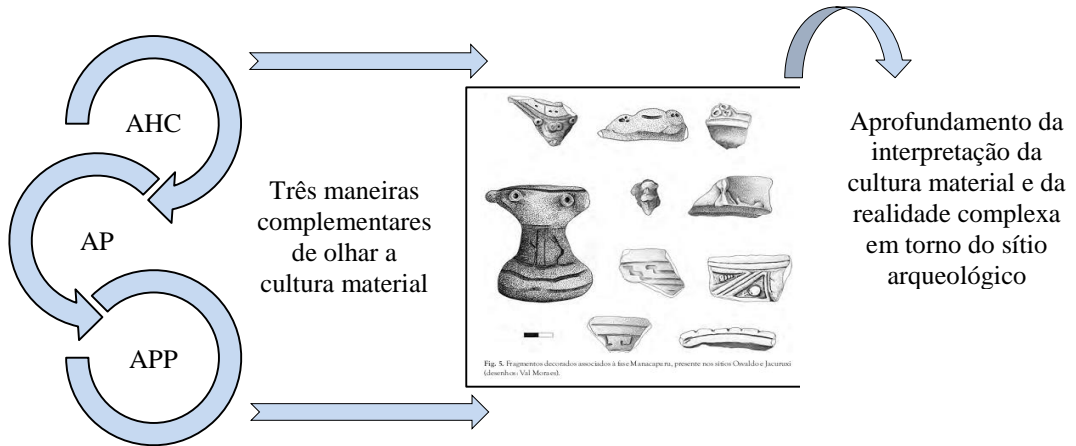
Fonte: Adaptado de Lima (2000:18, e 2011:21).

APÊNDICE E – QUADRO COM AS PRINCIPAIS IDÉIAS TEÓRICAS DA AHC, AP e APP

	Teoria da cultura material	Teoria da evolução
Histórico - culturalismo	A cultura material como reflexo	As difusões e migrações como fatores de evolução
Processualismo	A cultura como instrumento de adaptação ao ambiente	Transformações ambientais e crescimento demográfico como fatores de evolução
Pós - processualismo	A cultura como ativa - elemento produtor das relações sociais	A dialética das relações sociais como fator de evolução

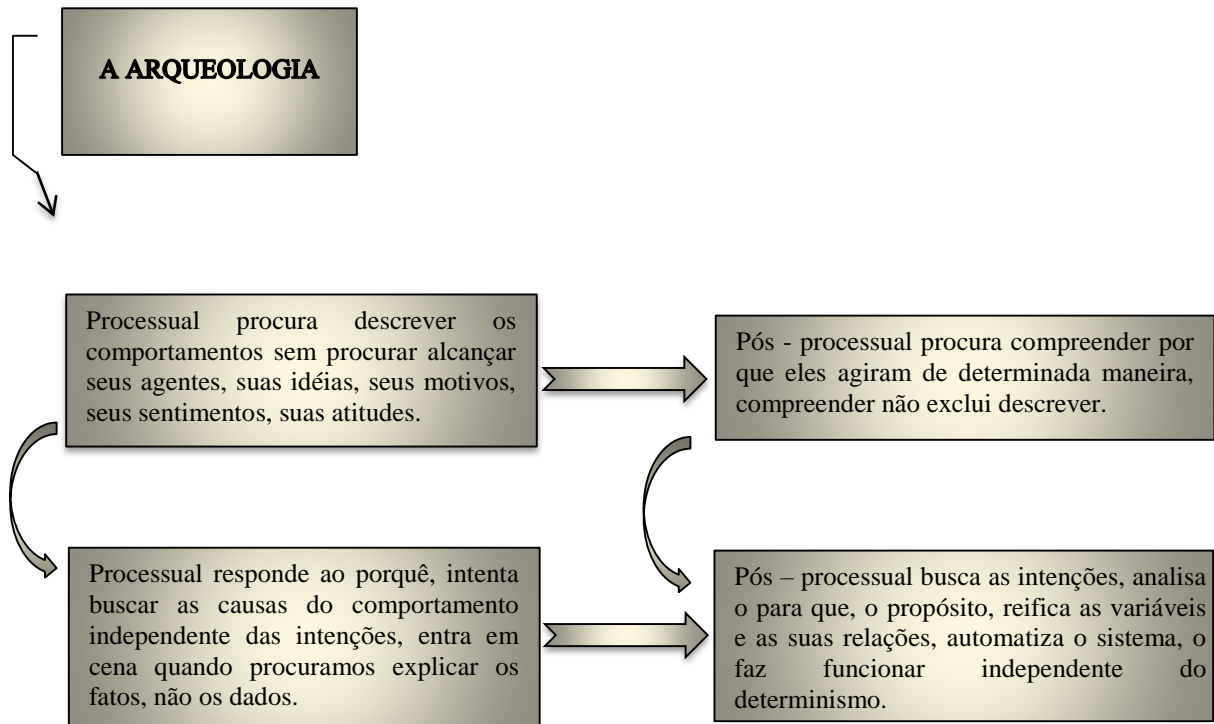
Fonte: Adaptado de Alarcão (1993-1994)

APÊNDICE F - ILUSTRAÇÃO QUE MOSTRA AS TRÊS MANEIRAS DIFERENTES DE VER A CULTURA MATERIAL



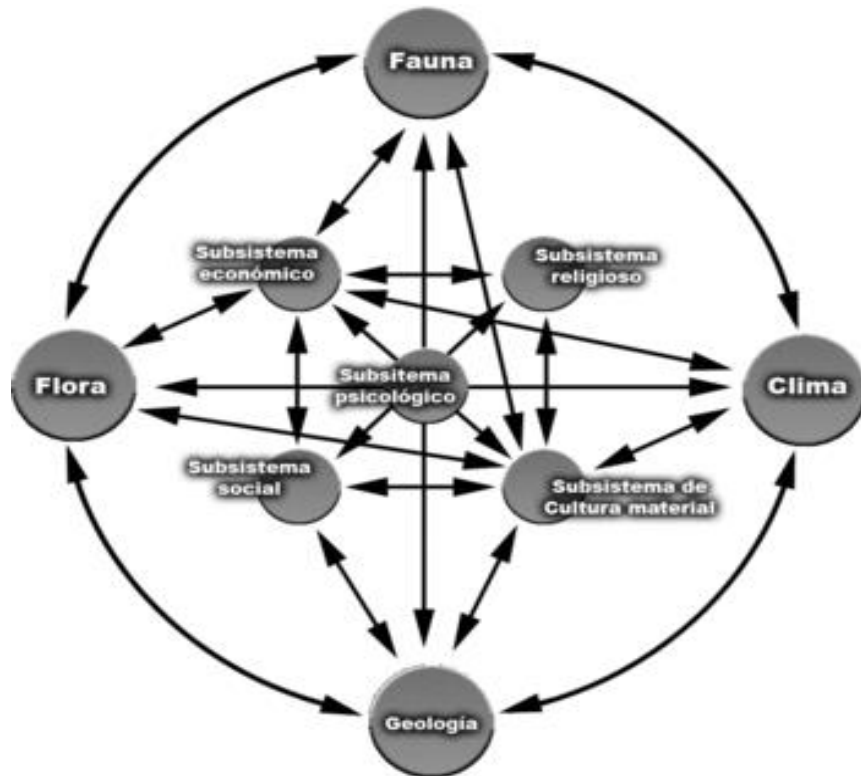
Fonte: Adaptado de Alarcão (1993-1994)

**APÊNDICE G – ILUSTRAÇÃO QUE MOSTRA AS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES
DE RESPOSTAS A CULTURA MATERIAL**



Fonte: Adaptado de Alarcão (1993-1994)

ANEXO 1 – TEORIA DOS SISTEMAS APLICADO A ARQUEOLOGIA



Fonte: Adaptado de Johnson (2000:41)

Note-se que no esquema fornecido por Johnson os sistemas básicos e mais importantes de onde todos os outros dependem e convergem são *a fauna, o clima, a geologia e a flora*, os subsistemas que interligados aos anteriores somam para as transformações são o *econômico, o religioso, o material e o social*, que possuem no centro o *subsistema psicológico*. Vale observar que da maneira descrita por Johnson ele se transforma num *sistema holístico* onde todos convergem para os sistemas básicos.